



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 76

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 18 DE MAIO DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSAO CONJUNTA

Em 21 de maio de 1968, às 21 horas

(TERÇA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 14 de 1968 que suprime o inciso I do artigo 60 da Constituição, e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 23 de 1968 (CN), da Comissão Mista contrário ao Pro-

SESSAO CONJUNTA

Em 22 de maio de 1968, às 9,00 horas

(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 13, de 1968 (CN), que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 24 de 1968 (CN), da Comissão Mista: sobre o Projeto: favorável; sobre as emendas: favorável às de ns. 68 — 69 — 71 — 74 — 76 — 78 — 80 e 81; favorável com subemenda, a de nº 75; contrário às de ns. 1 a 67 — 70 — 72 — 73 — 77 e 79, tendo votos vencidos dos Srs. Deputados Wilson Martins, Aldo Fagundes, Antonio Anibelli, Mário Maia, e dos Senhores Senadores, Bezerra Neto, Mário Martins e Josephat Marinho.

Sessões Conjuntas

DIA 21 DE MAIO DE 1968, ÀS 9 HORAS

(TERÇA-FEIRA)

PL-13-68 (CN) — que declara de interesse da segurança nacional, nos

termos do art. 16, § 1º alínea "b", da Constituição, os municípios que especifica, e dá outras providências.

AS 21 HORAS

P.E.C. nº 3-68 — que suprime o inciso I do art. 60 da Constituição, e dá outras providências.

DIA 22 DE MAIO DE 1968, ÀS 9 HORAS

(QUARTA-FEIRA)

PL-14-68 (CN) — que dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação.

DIA 23 DE MAIO DE 1968, ÀS 9,00 HORAS DA MANHÃ

(TERÇA-FEIRA)

PL-15-68 (CN) — que institui o sistema de sublegendas, e dá outras providências

CALENDARIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 23 DE MAIO DE 1968, ÀS 21,00 HORAS

(QUARTA-FEIRA)

Projeto nº S.F. 37-68 — C.D. 4.432-68 — Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

Projeto nº S.F. 156-62 — C.D. 1.081-59 — Dispõe sobre as Fobcias Militares e dá outras providências.

DIA 29 DE MAIO DE 1968, ÀS 21,00 HORAS

(QUINTA-FEIRA)

Projeto nº S.F. 141-67 — C.D. 277-67 — Reabre o prazo de reincorporação no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara do pessoal do Quadro do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal.

Projeto nº S.F. 2-68 — C.D. 744-67 — Modifica a redação do art. 11 da Lei nº 605, de 3 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos.

Projeto nº S.F. 4-68 (CN) — Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-lei nº 152, de 1º de fevereiro de 1967, e dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico.

Projeto nº S.F. 15-67 — C.D. 1.813-64 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de NC\$ 600.000,00, destinado à regulamentação de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central.

PARECER Nº 25, DE 1968 (CN)

Da Comissão Mista sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1968 (CN), que "Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências, tendo

Relator: Deputado Dorn Vieira.

O projeto de lei nº 14, de 1968 (CN), constituído pela Mensagem nº 15, de 1968 (CN) nº 215-68, na sessão de 22 de abril de 1968, insere, principalmente, no propósito de criar estímulos fiscais para a exportação de manufaturas brasileiras. Pretende o mecanismo legal proposto melhorar as condições competitivas

dos produtos industriais do Brasil, no mercado internacional, ampliando assim, quantitativa e qualitativamente, as exportações nacionais de manufaturas. O sistema de estímulos utilizado, substituindo os subsídios diretos que nossos acordos internacionais de comércio dificultariam ou mesmo impediam, e o de possibilitar redução no valor do imposto sobre produtos industrializados que os industriais exportadores devam recolher em consequência de suas vendas no mercado interno. — reduções estas que corresponderiam a um cálculo percentual sobre o montante de suas vendas de manufaturas para o exterior.

2. Consideramos inecável o mérito das preocupações e propósitos de ordem econômico-social que o projeto

revela. O mecanismo de estímulos proposto, uma vez funcionando com eficiência, possibilitará duas expressivas contribuições a nosso processo de desenvolvimento econômico: o aproveitamento da faixa de capacidade ociosa de nosso setor industrial, com aumento consequente de sua produtividade e queda do nível médio dos custos de produção; e a colocação da produção adicional no mercado externo, com a obtenção de acréscimo substancial de divisas, capaz de não só equilibrar nosso balanço de pagamentos, como possibilitar recursos externos que assegurem a liquidação regular de nossos débitos no exterior e a ampliação de nossa faixa de importações, com vistas à aceleração do de-

envolvimento industrial e tecnológico.

A DETERIORAÇÃO DAS TROCAS INTERNACIONAIS

3. Um dos maiores óbices aos esforços que fazem os países do Terceiro Mundo, para fugir ao círculo vicioso do subdesenvolvimento, e a equidade com que aumenta sua renda anual per capita, em comparação com a velocidade geométrica crescente da ampliação da mesma renda nos países ricos. Calcula-se, atualmente, que este crescimento anual per capita é de 2 dólares, em média, entre os povos subdesenvolvidos, e de 60 dólares, nos países industrializados.

4. Concorre para este distanciamento, e o acentuam, a conhecida e tradicional deterioração nas comparações de preços entre o que exportam e o que importam as nações menos desenvolvidas. O tema relevante e assaz discutido incluiu-se na pauta da II Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD) que se realizou, há poucas semanas, em Nova Délhi.

Afirmou lá o ilustre Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Doutor Magalhães Pinto, em incisivo pronunciamento, que, se houvessem permanecido em 1967 os mesmos preços internacionais dos produtos de exportação do Brasil, vigentes em 1953, teríamos nossa receita cambial aumentada de 850 milhões de dólares.

5. Ressalte-se que as exportações de manufaturas dos países desenvolvidos cresceram em 65 bilhões de dólares, de

1953 para 1965. As dos subdesenvolvidos aumentaram em 3 bilhões de dólares no mesmo período.

6. A perda de poder aquisitivo dos países pobres, pelo aviltamento do preço de seus produtos que lhes impõem as pátrias industrializadas, e estimada em 2,5 bilhões de dólares ao ano. Esta cifra corresponde ao total das doações efetuadas pelos países ricos e equivale à metade de todos os recursos públicos externos que entram nos países em pré-desenvolvimento.

7. Os índices econômicos nacionais elaborados pela Fundação Getúlio Vargas e publicados na revista "Conjuntura Econômica", permitem-nos apreciar, através de longa série cronológica, os efeitos dessa perda real de valor, nas exportações nacionais. Eis um quadro sugestivo:

(ANO-BASE — 1953 = 100)

ANOS	Produção Industrial	Exportação de Manufaturas		
		Quantum	Valor	Preços
			US\$	US\$
1953	100	100	100	100
1954	09	166	189	114
1955	120	369	278	76
1956	128	316	234	74
1957	138	339	227	67
1958	158	639	276	43
1959	178	563	251	45
1960	197	753	355	47
1961	219	1.179	713	61
1962	232	1.858	755	41
1963	—	1.971	645	33
1964	—	2.897	1.050	36
1965	—	4.037	1.253	31
1966	—	3.165	1.140	36

6. São impressionantes, em sua simplicidade os dados numéricos da última coluna, que apresentam a evolução dos preços médios de nossas exportações de manufaturas, tendo como ano-base o de 1953 (=100). Entendemos caberem duas interpretações válidas, de ação simultânea, para explicar a curva decrescente: a perda de valor real e a perda de qualidade em nossa produção exportada. A primeira causa resultará em parte, da competição mesma que se verifica no comércio internacional, no aperfeiçoamento das técnicas de produção, e na redução de custos que daí decorre. Em outra maior parte ela será consequência do comando dos preços, nas relações internacionais de troca, pelos países industrializados e ricos. Para eliminar este aspecto negativo de nosso intercâmbio comercial, é mister ampliar a faixa de exportação de produtos altamente elaborados, cujos preços ficam menos sujeitos às flutuações prejudiciais, e que promovem maior ingresso percentual de riqueza, sob a forma de divisas, ao país exportador.

O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

9. Em 1965 dispunha o Brasil de reservas no exterior que alcançavam a cifra de 750 milhões de dólares. Não as temos mais. Ao final de 1967 estavam reduzidas para 215 milhões. Em que terá sido utilizada toda a diferença de mais de meio bilhão? Teremos pago ou amortizado com ela a nossa dívida externa? Não! Esta cresceu de 3.101 milhões de dólares, em 1954, para 3.526, em 1967.

Eis o quadro demonstrativo da oscilação de nossas disponibilidades e débitos no exterior, no último quinquênio:

RESERVA E DÍVIDA EXTERNA

(Em milhões de US\$)

ANO (Em 31-12)	RESERVAS	DÍVIDA EXTERNA
1963	...	3.185
1964	397	3.101
1965	746	3.478
1966	663	3.702
1967	215	3.526

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

10. É deveras impressionante, na frieza de seus números, a série cronológica que documenta a delapidação de nossas reservas-ouro pelos orientadores da política econômica-financeira. Vejamos:

RESERVAS-OURO DO BRASIL

Ano (em 1º/1)	Ton.
1961	255
1962	253
1963	245
1964	254
1965	81
1966	56
1967	40

11. Esta situação foi agravada pelo fato de que cresceram, em 1967, nossas importações e se estabilizaram nossas exportações. Concorreram para estimular o ingresso de mercadorias estrangeiras, nos últimos dois anos: 1º) a transferência de dois mil produtos, muitos deles supérfluos e luxuários, da categoria especial para a geral; 2º) as sucessivas reduções das alíquotas do Imposto de Importação, inclusive em março de 1967, quando da alta do dólar.

12. Alimentos, bebidas, máquinas, veículos e manufaturas diversas foram os itens que maior porcentagem de crescimento apresentaram no ano findo:

AUMENTO DE IMPORTAÇÕES

(Em milhões de US\$)

	Jan/Ago		
	1966	1967	%
TOTAL	808	947	17
— Alimentos, bebidas (incl. trigo)	144	197	37
— Maquinaria e veículos	224	287	28
— Manufaturas diversas	29	37	27

13. A revista "Visão", de 19 de janeiro de 1968, por seu comentarista especializado, apresenta interessante estudo da composição de nossos acréscimos de débitos no balanço de pagamentos de 1967. Dentre seus números mais expressivos, ressaltamos os seguintes:

(Em milhões de US\$)

— Aumento das importações supérfluas	60
— Instrução nº 289 (matrizes estrangeiras para suas filiais no Brasil)	100
— Saída de lucros ilegais no 1º semestre	110
— Juros e dividendos	200
— Serviços (royalties, aluguéis, etc.)	160

A necessidade do estímulo à exportação

14. As exportações brasileiras apresentaram declínio de cerca de 5%, em 1967, em relação ao valor alcançado em 1966. Segundo os dados da CACEX divulgados na Mensagem Presidencial apresentada na abertura da Sessão Legislativa de 1968, o comportamento de nossas exportações, discriminadamente por produtos, apresentou as variações seguintes, no último biênio:

US\$ 1.000 (FOB)

	1967	1966	Variação
Café em grão	710.172	763.983	— 53.81
Manufaturados	143.413	96.836	+ 46.57
Café solúvel	28.281	9.524	+ 18.75
Minério de ferro — hematita	89.992	100.200	— 20
Algodão em rama	90.942	111.004	— 20.06
Açúcar	79.479	80.535	— 1.05
Cacau (incl. manteiga)	84.423	71.510	+ 12.91
Pinho serrado	47.758	56.196	— 8.43
Soja (incl. farelo e tortar)	39.644	27.619	+ 12.02
Couro e peles	25.540	30.285	— 4.74
Milho em grão	22.079	31.478	— 9.39
Óleo de mamona	23.235	22.332	+ 90
Lã	19.320	25.141	— 5.82
Fumo em folhas	20.921	21.893	— 1.58
Sical	15.500	22.059	— 6.55
Carne bovina	13.418	20.995	— 7.57
Amendoim (incl. farelo e torta)	13.418	15.073	— 50
Minério de manganês	13.840	26.794	— 12.95
Outros produtos	160.020	207.985	— 47.96
	1.652.385	1.741.442	— 89.05

15. Entre as várias razões que concorreram para a redução do valor global das exportações, em 1967, figura a queda de preços sofrida por diversos produtos de nossa pauta, sujeitos, como já ressaltamos, às pressões do mercado e às imposições dos grandes países importadores. Concorreu para isto a Resolução nº 12, que suprimiu o controle de preços da CACEX sobre as exportações, deixando o campo livre ao subfaturamento e à guerra de preços.

16. Também as frequentes altas do dólar, realizadas em plataformas periódicas, têm estimulado, já a especulação internacional, já a redução dos preços de oferta pelo próprio exportador. Alguns exemplos: de 1966 para 1967, o cacau (amêndoa) teve sua quotação reduzida de 541 dólares por tonelada para 382 dólares; o feijão de soja, de 107 para 97 dólares; o amendoim em grão, de 251 para 216 dólares; e o mentol caiu de 5,10 dólares a libra-peso para 3,9, ocasionando, só este produto, uma perda de divisas ao nosso País da ordem de 5 milhões de dólares em 1967.

17. Evidencia-se, ante todo o exposto, a urgente e relevante necessidade da definição de uma política coerente e generalizada de inspiração nacionalista, que fixe posição de autonomia e independência em nossas relações internacionais e em nosso comércio exterior, e que nos induza a um comportamento firme e agressivo na exportação dos produtos da Indústria nacional.

Há que repensar, também, pelos reflexos danosos a nossa economia, a questão das sucessivas desvalorizações do cruzeiro. Elas atendem apenas às imposições e inspirações das correntes monetaristas internacionais — FMI e BID — em seu propósito de dirigir a política econômica do País. Todas as pretendidas vantagens decorrentes das alterações da taxa cambial têm sido desmentidas pelos fatos:

1º) Não atraíram novos capitais estrangeiros — a instabilidade da situação brasileira, a fase de desenvolvimento travado que atravessamos e as atrações maiores que o Mercado Comum Europeu oferece para o dólar, funcionaram com fatores anulatórios daquele estímulo;

2º) Não incentivaram as exportações — a correção resultante no valor em cruzeiros de nossos produtos exportados foi, como já vimos, em boa parte, eliminada pela queda de valor externo imposta a esses produtos;

3º) Não desestimularam as importações — apesar de tornados mais caros com a alta do dólar, os produtos estrangeiros tiveram a seu favor a redução de alíquotas tributárias e a mudança de categoria cambial com dispensa de agio às quais nos referimos anteriormente. Como resultado, com a falta de disciplinamento em 1967, nossas importações, principalmente as de artigos supérfluos, tornaram a crescer e alcançaram o recorde de 1,7 bilhões de dólares.

18. Todos estes aspectos da problemática do comércio exterior brasileiro estão a recomendar a aconselhar a ampliação intensa da faixa das exportações, sobretudo dos produtos já enriquecidos e valorizados pelos progressos transformadores da manufatura. Apreciando o assunto, em recente entrevista ("Guanabara Industrial", fevereiro de 1968, pág. 12), disse o Ministro Macedo Soares, da Indústria e do Comércio:

"Os produtos industriais terão, para o futuro uma importância crítica na formação da capacidade de importar. Previsões baseadas em estudos e tendências de comércio internacional de produtos primários, realizadas por organismos da ONU, indicam um tímido crescimento dessas exportações, o que não será suficiente para contrabalançar a tendência da propensão brasileira a importar. O diferencial terá que ser coberto, basicamente, por exportação de manufaturas, que, nesse caso, deverá atingir o nível de 300 milhões de dólares anuais, até 1971".

E acrescenta o Sr. Ministro:

"O estímulo das exportações terá que se nortear pelas seguintes condições básicas:

- a) política cambial realista,
- b) total isenção tributária,
- c) política de financiamento adaptável às exigências internacionais, e

d) sistema portuário e de navegação eficiente e de custos baixos".

Os estímulos tributários propostos

19. Dentro do previsto no item "b" das "condições básicas" referidas na exposição do Ministro Macedo Soares, o Projeto sob estudo visa criar um sistema permanente de restituição ao exportador, através de crédito em sua conta corrente tributária, de um valor variável calculado sobre o "quantum" de suas exportações para o exterior. Esta sua parte principal. Além disso, em outros dispositivos, introduz modificações no artigo 10 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, artigo este que vinculava a isenção do imposto sobre produtos industrializados, na importação, à isenção prevista para o imposto de importação. E aperfeiçoa, ainda, o projeto, disposições da Lei nº 4.613, de 2 de abril de 1935, que concede isenção nas importações de veículos especiais para portadores de deficiências físicas, — pretendendo eliminar ou reduzir os desvirtuamentos que estariam ocorrendo, na utilização do benefício, e em prejuízo da indústria nacional.

20. Afirma os especialistas que, nos dias atuais de competição agressiva e disputa rija dos mercados internacionais, não têm condições de êxito aqueles países que pretendam "exportar impostos". A exceção da ainda in-

vitável e necessária incidência tributária sobre os produtos primários exportados, a orientação do Poder Público tem procurado assegurar as mercadorias de exportação a eliminação dos ônus, fazendários que, ponderando na composição dos preços finais, dificultam a conquista e a consolidação dos mercados.

21. Mas é de conveniência ressaltar que o benefício isenacional não se deve constituir apenas um acréscimo de lucro para o exportador. Entendemos indispensável que tal estímulo esteja condicionado, pelo menos em parte, à ampliação e ao crescimento da atividade exportadora do beneficiário. De outro modo, aqueles que mantêm suas curvas de exportação inalteradas se estarão locupletando com a dispensa de tributos, sem uma contrapartida de benefícios para a comunidade nacional. Este, aliás, um dos pontos vulneráveis do projeto, em nosso entender, e que procuramos remediar e corrigir.

22. A iniciativa do projeto, no campo das isenções à exportação, não é pioneira. Na esfera federal, funciona já um conjunto de disposições legais de finalidade estimulante, que reduz os ônus tributários nas importações. O artigo 7º da Lei 4.502, de 30 de novembro de 1934, assegura a não incidência do IPI nas exportações. A mesma lei permite ainda a dedução do imposto pago na aquisição de

matérias primas consumidas na fabricação de produtos industrializados da Lei 4.663, de 3 de junho de 1965, permite a dedução dos lucros sujeitos destinados à exportação. O artigo 5º ao imposto de renda na exportação de produtos manufaturados, quando o CONCEX entende conveniente introduzi-los no mercado externo. E o imposto de exportação, transformado em mecanismo de controle da balança comercial, tem sua incidência orientada para os produtos primários, em função de suas cotizações internacionais e a juízo do Conselho Monetário Internacional. Além disso, a Lei 5.025, de 10 de junho de 1936, veio isentar a atividade exportadora de quase duas dezenas de taxas que sobre ela pesavam. Acresce registrar que a Constituição de 1967, em seu art. 24, § 5º, estabelece que o imposto sobre circulação de mercadorias, que pertence ao elenco estadual e municipal, não incidirá sobre as operações de mercadorias para o exterior.

23. A Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, em seu artigo 6º, já autoriza o Poder Executivo a conceder redução temporária do imposto sobre produtos industrializados devido sobre vendas no mercado interno, àquelas indústrias que comprovarem a exportação de manufaturas suas para o exportador. Com base nesse dispositivo legal, o Sr. Ministro da Fazenda baixou a Portaria GB-578, de 30 de novembro de 1967, publicada no *Diário Oficial* de 7 de dezembro seguinte, página 12.311. Esta portaria, prorrogada para vigência até 30 de abril de 1968, pela da nº GB-133, de 18 de março de 1968 (*Diário Oficial* de 19, pág. 2.381), tem o seguinte teor, que inspirou os dispositivos do projeto de Lei nº 14, de 1968 (CN):

"PORTARIA DE DE 30 DE 1937

O Ministro de Estado da Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º da Lei número 4.663, de 3 de junho de 1965, e

Tendo em vista favorecer a utilização de margens de capacidade industrial ociosa, mediante intensificação das vendas para o exterior;

Considerando, ainda, que os favores do art. 6º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, somente podem ser concedidos pelo prazo máximo de 120 dias em cada exercício, não havendo mais, no corrente ano, oportunidade para concessão daquele benefício em toda sua plenitude, resolve:

Nº G.B. — 578 — I — Determinar a redução temporária do

imposto sobre Produtos Industrializados de que trata a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e legislação posterior, para as indústrias relacionadas no inciso VI desta Portaria, na proporção do valor do FOB, em cruzeiros, de suas exportações de manufaturas para o exterior.

II — O benefício de que trata o inciso anterior se aplica, igualmente, ao fabricante de produtos manufaturados, cuja exportação seja localizada por intermédio de firmas especializadas em exportação, cooperativas, associações ou consórcios de exportadores, devidamente registrados na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).

III — Mediante comprovação da expedição da mercadoria para o exterior, amparada por "Guia de Embarque" despachada pela Alfândega e emitida a partir de 1º de novembro do corrente ano, e para os fins previstos no inciso V, da CACEX fornecerá aos exportadores um "Certificado" contendo as características da exportação e o respectivo valor FOB, em cruzeiros.

IV — Para os efeitos do Inciso II, deverá constar das "Guias de Embarque" o nome e o endereço do fabricante da manufatura objeto da exportação, bem como o número de inscrição ao Cadastro Geral de Contribuintes, o Ministério da Fazenda.

V — Os fabricantes de manufaturas compreendidos nas disposições desta Portaria ficam autorizados a deduzir do valor do imposto sobre produtos industrializados a reconhecer, a importância correspondente a esse imposto calculado, como se devido fosse, sobre o valor das vendas amparadas pelos "Certificados" emitidos pela CACEX e de que sejam beneficiários, não podendo a dedução ultrapassar o limite de até 10% nos casos de alíquotas superiores a esse nível.

VI — O disposto nesta Portaria contempla a exportação dos seguintes produtos, cujas indústrias tenham assumido junto à Comissão Nacional de Estabilização de Preços (CONEP), os compromissos de que tratam as alíneas "b" e "c" do art. 6º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, e de acordo com a classificação constante da Tabela anexa ao Regulamento baixado com o Decreto nº 61.514, de 12 de outubro de 1967.

Capítulo	Posições	Produtos das Indústrias
40	de 40.09	de borrachas de couros
42	a 40.11	
44	tódas	
44	de 44.15	de madeiras de papéis, cartolinas e cartões; de pastas de celulose, de papel de cartolina e de cartão.
48	a 44.19	
48	48.09	
50	de 50.04	de têxteis de seda.
51	a 50.05	
51	tódas	
53	de 53.05	de fibras têxteis sintéticas e artificiais contínuas.
53	a 53.07	
53	e de 53.11	
54	a 53.13	de têxteis de lãs.
54	de 54.03	
55	a 54.05	
55	de 55.04	de têxteis de linho e rami.
55	a 55.09	
58	58.07	
57	de 57.09	de têxteis de algodão.
57	a 57.12	
58	tódas	
		de fibras têxteis sintéticas e artificiais, descontínuas.
		de outras fibras têxteis vegetais.
		de tapacarias, cortinas, fitas, passanárias, rendas e bordados.

Capítulo	Posições	Produtos das indústrias
59	tôdas	de pastas e feltros; do cordãoalhos;
60	tôdas	de tecidos especiais de tecidos
61	tôdas	de tecidos e de malhas e de ponto
62	tôdas	de vestuários e seus acessórios, de
63	tôdas	de outras confecções de tecidos de
64	tôdas	calçados, perneiras, polainas e
65	tôdas	semelhantes e partes de
66	tôdas	de chapelaria e semelhantes e suas
67	tôdas	partes.
68	tôdas	de cerâmica.
69	tôdas	de vidros.
70	tôdas	
71	de 73.06	
72	a 73.30	
73	e de 73.35	
74	e de 73.40	de ferro e aço.
75	de 74.03	
76	a 74.04	
77	e de 74.06	de cobre.
78	a 74.19	de alumínio.
79	tôdas	de ferramentas, de instrumentos de
80		trabalho metalúrgico e de talheres
81	de 83.01	de metais comuns.
82	e 83.08	de metais comuns — manufaturas
83		diversas.
84	tôdas	de caldeiras, máquinas, aparelhos
85		e instrumentos mecânicos.
86	tôdas	de máquinas e aparelhos elétricos.
87	tôdas	de veículos e materiais para vias
88	tôdas	ferreas; aparelhos não elétricos
89	tôdas	para vias de comunicação.
90	tôdas	de veículos automotores, tratores,
91	tôdas	motocicletas, bicicletas e outros
92	tôdas	veículos terrestres.
93	tôdas	de navegação marítima e fluvial.
94	tôdas	
95	de 90.01	
96	a 90.03	
97	90.06	
98	de 90.11	
99	a 90.20	
100	e de 90.23	
101	90.28	de instrumentos e aparelhos de
102		ótica, de fotografia e de cinema-
103		tografia, de medida de verifica-
104		ção, de precisão, de instrumen-
105		tos e aparelhos médico-cirúrgi-
106		cos.
107	de 91.02	
108	de 91.05	de relojoaria.
109	de 92.01	
110	a 92.08	de instrumentos musicais aparelhos
111		para registro e reprodução de
112		sons.
113	de 93.02	
114	a 93.05	de armas de fogo e de ar compr-
115		mido.
116	tôdas	de móveis, mobiliário, médico-ci-
117		rúrgico, artigos de colchoaria e
118		semelhantes.

VII — Os benefícios de que trata a presente portaria vigorarão no corrente exercício até 31 de dezembro de 1967 e, no próximo exercício até 31 de março de 1968.

As emendas apresentadas

24. Ao projeto de Lei nº 14-68 foram apresentadas quatro emendas, sendo três de autoria do nobre Senador Bezerra Neto e uma subscrita pelo nobre Deputado Geraldo Freire. Passamos a examiná-las.

Emenda nº 1 (Senador Bezerra Neto):

Dê-se ao artigo 1º e seu parágrafo único a seguinte redação:

“Art. 1º. Para conceder redução ou isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o Regulamento baixado com o Decreto nº 61.614, de 12 de outubro de 1967, para as indústrias exportadoras de produtos manufaturados na proporção do valor FOB, em cruzeiros, de suas vendas para o Exterior, o Poder Executivo enviará

trimestralmente projeto de lei com a relação das firmas a serem contempladas com o benefício.

Parágrafo único. O Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX) após audiência prévia do Ministro da Fazenda, publicará relação dos produtos ou setores industriais a serem beneficiados com a redução ou isenção de que trata este artigo, indicando a limitação de prazos para a aplicação dos benefícios, tendo em vista favorecer a utilização de possíveis margens de capacidade industrial ociosa e dar maior poder de agressividade no mercado externo ou compensar eventuais retrações de natureza cíclica, no mercado interno.”

25. Visa a emenda resguardar, e com válida preocupação o campo de atribuições do Poder Legislativo. Entende seu Autor que a redação originária do Executivo é marcada de inconstitucionalidade, por significar outorga ampla e ilimitada de poderes, não autorizada pela Carta Maior. Embora não proponhamos acolhida à re-

dação dada à emenda, somos de parecer que sejam acatados os fundamentos que a inspiraram, sugerindo afinal texto que melhor discipline e delimite o campo isenacional dentro do qual se movimentará o Poder Executivo. Ainda assim, convém ressaltar que, como anteriormente dissemos, o projeto não inova, na matéria. A Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, atribui já tais poderes ao Ministério da Fazenda, limitando a concessão embora, a 120 dias anuais. E há todo um mecanismo de delegação de poder isenacional ao Executivo, no que se refere ao imposto de importação, montado principalmente pelo Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que credencia como organismo decisório o Conselho de Política Aduaneira. Diversas outras credenciações de tal natureza existem na legislação específica. Entendemos que, ante as exigências da dinâmica e da velocidade das relações econômicas do mundo atual — e definido na lei básica o balisamento isenacional dentro do qual se movimentará o Poder Executivo — o sistema é admissível e necessário. Cabe sempre ao Legislativo como a todo o País, a fiscalização permanente quanto à boa e adequada aplicação dos dispositivos com que tenha instrumentado a ação do Governo.

Emenda nº 2 (Deputado Geraldo Freire)

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução ou isenção do imposto sobre produtos industrializados, incidente sobre vendas no mercado interno, para as indústrias exportadoras de produtos manufaturados, na proporção do valor FOB, em cruzeiros novos de suas exportações.

Parágrafo único. O Poder Executivo, mediante decreto, que regulamentar a presente lei, relacionará os produtos cuja exportação deva ser incentivada com a redução ou isenção de que trata este artigo, podendo limitar prazo para a aplicação dos benefícios.

26. Também esta emenda, ao artigo 1º, introduz válidos aperfeiçoamentos na redação do dispositivo. Elimina a desnecessária e inconveniente referência ao Decreto que regulamentar o IPI; corrige a colocação do parágrafo onde o Ministro da Fazenda é apresentado como órgão de instrução do CONCEX; e reconduz ao nível de decreto o disciplinamento do rol de produtos beneficiados. Somos por sua aprovação, com redação modificada e complementada.

Emenda nº 3 (Senador Bezerra Neto)

Ao art. 4º dê-se a seguinte redação:

“Art. 4º O artigo 13 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. A isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes nos bens importados poderá ser concedida pelo Poder Executivo, com prévia e específica autorização do Congresso Nacional.”

27. Ainda aqui deseja o signatário da emenda resguardar as atribuições do Poder Legislativo, e impedir a concessão de delegação de poderes de exagerada amplitude. É válido o raciocínio, com o objetivo de melhor delimitar, no texto da lei, o campo de alcance da isenção, dentro do qual se poderá movimentar o Poder Executivo. A declaração da isenção específica, em cada caso legalmente enquadrado, na tradição do direito tributário brasileiro, é, ainda assim, tarefa do Executivo. Há necessidade sim de recorrer à lei, e lei complementar, quando para atribuição de favor isentatório ainda não previsto em le-

gislação anterior. O que se pretende, no caso sob exame, é definir a área beneficiável com a isenção, dentro dos interesses econômicos do País, fixando as características básicas do campo de incidência do favor fiscal. A regulamentação da lei, hierarquicamente dela dependente, será feita por via de decreto do Executivo. Da mesma forma, a declaração e o reconhecimento do benefício, em cada caso já legalmente previsto. A “prévia e específica autorização do Congresso Nacional” em cada caso, entendemos seja desnecessária, uma vez que a manifestação de vontade do Legislativo já se terá operado com a votação e aprovação da Lei que delimita as áreas cobertas pelo valor tributário.

28. Por outro lado, convém ressaltar que tanto a emenda apresentada, quanto o texto proposto pelo Executivo pretendendo reduzir o campo de isenção do IPI e eliminar o automatismo contido no artigo 10 do Decreto-lei nº 37, de 1966 — em realidade ampliam este campo pois o estendem a todos os “bens importados”. Entretanto, o dispositivo que se menciona aperfeiçoar, o citado artigo 10, limita a área de isenção do IPI apenas aos produtos isentos do imposto de importação na forma “prevista neste capítulo”, ou seja os relacionados nos artigos 13, 14 e 15 do Decreto-lei nº 37. E os limites desse benefício, convém mantê-los e não os ampliar generalizadamente. O propósito da sugestão do projeto é o de eliminar o atual automatismo que vincula a isenção do imposto de importação com a isenção do imposto sobre produtos industrializados, e permitir que esta última seja concedida dentro de certo disciplinamento, que atenda aos interesses de nossa balança comercial. Somos assim, pela acolhida, em parte, da Emenda nº 3.

Emenda nº 4 (Senador Bezerra Neto)

Dê-se ao § 4º, do art. 4º, a seguinte redação:

§ 4º. As disposições deste artigo aplicam-se aos casos previstos em leis específicas que autorizam a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nas importações de equipamento para setores de produção determinados, dependendo de lei prévia a ampliação do período e das condições e espécies das isenções.”

29. Inspirada nos mesmos propósitos das demais do mesmo Autor, esta emenda oferece melhor redação ao § 4º do artigo 4º. Entendemos, por isto, que deva ser aprovada. Atende igualmente bem aos propósitos que inspiraram o Poder Executivo, e disciplina mais amplamente o assunto.

As emendas do Relator

30. O exame do texto proposto, das emendas apresentadas, e dos propósitos colimados pelo Poder Público, bem como a exaustiva discussão da matéria com o Diretor da CACEX e Secretário-Geral do CONCEX, e com o representante do Departamento de Rendas Internas do Ministério da Fazenda levam-nos a apresentar algumas Emendas com o objetivo de aperfeiçoar o projeto de lei em estudo.

Emenda nº 5-R

“Dê-se ao artigo 1º e seus parágrafos a seguinte redação:

Art. 1º São concedidos, às indústrias fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados, estímulos fiscais sobre suas vendas de manufaturas para o exterior, sob a forma de crédito tributário calculado sobre o valor FOB das mesmas em moeda nacional, e a ser deduzido do valor

do imposto sobre produtos industrializados incidente sobre suas vendas no mercado interno.

§ 1º Os fabricantes de manufaturas, beneficiados na forma deste artigo, ficam autorizados a deduzir, em sua conta corrente tributária de imposto sobre produtos industrializados, importância correspondente a 50% desse tributo, calculado, como se devido fosse, sobre o valor de suas vendas de produtos manufaturados para o exterior, e até o limite máximo de 10% sobre as mesmas.

§ 2º O crédito a que se refere o parágrafo anterior poderá alcançar até 100% do imposto, calculado como se devido fosse, e terá elevado seu limite máximo para 20%, quando o valor das exportações de produtos manufaturados da empresa exceder o do exercício financeiro imediatamente anterior, calculando-se o benefício sobre as parcelas de exportação excedentes.

§ 3º Os estímulos a que se refere este artigo são concedidos sem prejuízo do direito de crédito, assegurado por Lei, da parcela de imposto sobre produtos industrializados paga na aquisição de matérias-primas e produtos intermediários consumidos na fabricação de produtos exportados; e aos saldos credores de tributo, eventualmente resultantes da aplicação destes estímulos, será assegurado direito a restituição, na forma da legislação vigente.

31. Um dos pontos vulneráveis do projeto, em nosso entender e conforme já ressaltamos, é a falta de um mecanismo de estímulos que se vincule diretamente ao aumento da atividade exportadora de manufaturas de cada empresa. O dispositivo legal, tal como proposto, possibilita os mesmos benefícios tanto aquele que permanece com seu volume habitual de exportações inalterado, locupletando-se da redução tributária sem contrapartida válida para a economia nacional, como aos que promovam a ampliação e o alargamento de sua atividade exportadora, tal como pretende a política econômica que inspirou o projeto. Daí o disciplinamento que ora propomos, que reduz a simples transferência de lucros para o exportador, em sua faixa de atividades tradicionais; mas amplia substancialmente as vantagens fiscais calculadas sobre suas exportações de manufaturas que excederem as do ano anterior. Estabelece-se, destarte, um mecanismo permanente de estímulo, não só para manutenção dos atuais mercados mas, o que é realmente importante, para a continuada ampliação dos mesmos e conquista de novos compradores. Por outro lado, deixa-se definida a permanência do direito ao crédito do IPI pago na aquisição de matérias-primas aplicadas em produtos para a exportação; e se assegura a restituição dos créditos tributários que assumiram caráter permanente.

Emenda nº 6-R

"Inclua-se, no art. 5º:

"e isenção do imposto sobre produtos industrializados."

32. A simples isenção do imposto de importação não satisfaz aos objetivos altamente humanos e justos que inspiraram o dispositivo. É indispensável que o favor fiscal alcance também o imposto sobre produtos industrializados, nas importações de aparelhos especiais para adaptação de veículos comuns ao uso de portadores de deficiências físicas. A isenção de ambos os tributos, e ainda da taxa de despacho aduaneiro, já é prevista, para os veículos especiais, na Lei 4.613, de 2 de abril de 1965, cujos favores agora se pretende restringir aos aparelhos especiais, para adaptação dos carros produzidos no País. Assim, admitimos

tenha sido impropositada a exclusão do IPI nas isenções deste artigo.

Emenda nº 7-F

"Inclua-se, no parágrafo único ao art. 5º:

"a importação só se beneficiará da isenção quando se constituir de material sem similar nacional."

33. A restrição, que já se continha no parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 4.613, de 2 de abril de 1965, dispensa argumentação justificativa, uma vez que se explica e impõe por si mesma.

Emenda nº 8-R

"Renumerados os artigos 7º e 8º no projeto, acrescente-se o seguinte:

"Art. 7º O Poder Executivo no prazo de noventa (90) dias, baixará a regulamentação da presente Lei".

34. O contexto deste projeto de lei cria um mecanismo de estímulos que demanda disciplinamentos e regulamentação prévios, específicos e minuciosos. As declarações de isenção ou redução tributária não poderão nem deverão ser casuísticas, ao alveldo do Poder Executivo. Daí a inteira necessidade dos regulamentos que, dentro do balisamento mais largo fixado pela Lei, definam com precisão os critérios, normas e métodos a serem adotados pelos organismos do Executivo, na aplicação da Lei. A prévia regulamentação possibilita ainda, melhor que o exame das concessões nos casos concretos, o controle antecipado, pelo Poder Legislativo, da orientação adotada pelo Governo, na interpretação e aplicação do texto legal.

Emenda nº 9-R

"Renumerados os demais, acrescente-se o seguinte:

"Art. 8º O Poder Executivo remeterá semestralmente ao Congresso Nacional relatório com a avaliação dos resultados da aplicação desta Lei, discriminando as empresas beneficiadas com os estímulos fiscais constantes do artigo 1º, o valor dos benefícios utilizados e as alterações ocorridas em seu movimento de exportação de manufaturas, em relação aos dois semestres anteriores".

35. Há uma inegável delegação, ainda que restrita, no sistema de estímulos montado com o projeto sob exame. Não nos repugna reconhecê-lo. Pelo contrário, entendemos que é da natureza mesma das relações entre o Poder que legisla e o que executa as leis, essa transferência, em nível hierarquicamente inferior, da competência para interpretar, para aplicar, para decidir. Esta é uma exigência, que tende a se ampliar nos Estados modernos, da dinâmica, sempre mais acelerada, dos fatos sociais e econômicos, e de sua mobilidade e mutabilidade, que exigem, do Poder que governa, uma capacidade de adaptação e de resposta que são características do Executivo e não do Legislativo, ao qual fica afeta a definição prévia das normas gerais e das diretrizes básicas da atuação governamental. Mas cabe também, a quem elabora e aprova as leis, o encargo de acompanhar-lhes os efeitos e as repercussões, para verificar de sua deficiências, zelando ainda por sua boa e correta aplicação. Daí entendemos de toda conveniência a obri-

gação legal que este dispositivo impõe, e que torna exequível o controle legislativo da execução do mecanismo de estímulos e a avaliação de seus resultados.

O Substitutivo proposto

33. Apresentamos, a seguir, o substitutivo que propomos ao texto original do Poder Executivo. Ele se faz necessário pela extensão das alterações introduzidas, de forma e de essência, e engloba: a) o projeto original; b) as emendas apresentadas, e aprovadas no todo ou em parte; c) as emendas propostas pelo relator; d) as modificações de redação que nos pareceram necessárias.

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 1968 (CN)

Substitutivo do Relator

Dispõe sobre a redução isenção de impostos na exportação e na importação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São concedidos, às indústrias fabricantes e exportadores de produtos manufaturados, estímulos fiscais sobre suas vendas de manufaturas para o exterior, sob a forma de crédito tributário calculado sobre o valor FOB das mesmas em moeda nacional, e a ser deduzido do valor do imposto sobre produtos industrializados incidente sobre suas vendas no mercado interno.

§ 1º Os fabricantes de manufaturas, beneficiados na forma deste artigo, ficam autorizados a deduzir, em sua conta corrente tributária de imposto sobre produtos industrializados importância correspondente a 50% desse tributo, calculado, como se devido fosse, sobre o valor de suas vendas de produtos manufaturados para o exterior, e até o limite máximo de 10% sobre as mesmas.

§ 2º O crédito a que se refere o parágrafo anterior poderá alcançar até 100% do imposto, calculado como se devido fosse, e terá elevado seu limite máximo para 20%, quando o valor das exportações de produtos manufaturados da empresa exceder o do exercício financeiro imediatamente anterior, calculando-se o benefício sobre as parcelas de exportação excedentes.

§ 3º Os estímulos a que se refere este artigo são concedidos sem prejuízo do direito de crédito, assegurado por Lei, da parcela de imposto sobre produtos industrializados paga na aquisição de matérias-primas e produtos intermediários consumidos na fabricação de produtos exportados; e aos saldos credores de tributo eventualmente resultantes da aplicação destes estímulos, será assegurado direito a restituição, na forma da legislação vigente.

Art. 2º O benefício de que trata o artigo 1º aplica-se igualmente, ao fabricante de produtos manufaturados cuja exportação seja realizada por intermédio de firmas especializadas em exportação, cooperativas, associações ou consórcios de exportadores, devidamente registrados na Carteira de Comércio Exterior do Banco da Brasil S. A. (CACEX).

Art. 3º O Poder Executivo, mediante decreto que regulamentar a presente lei, relacionará os produtos cuja exportação deva ser incentivada com a aplicação dos benefícios de que trata o artigo 1º, podendo limitar prazos para a aplicação dos mesmos e fixar níveis diferenciais de estímulo dentro dos limites desta Lei e tendo em vista a política nacional de exportação.

Art. 4º O artigo 10 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966,

acrescido de três parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Aos produtos isentos do imposto de importação na forma prevista neste capítulo, poderá ser concedida isenção ou redução do imposto sobre produtos industrializados, nos termos, limites e condições previstas neste artigo e em regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo.

§ 1º As importações destinadas à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como as Autarquias e demais entidades de direito público interno, ficam também sujeitas às normas previstas neste artigo.

§ 2º O Poder Executivo, em relação a empresas produtoras de bens industriais, poderá condicionar a isenção ou redução a exportações compensatórias.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se aos casos previstos em leis específicas que autorizam a isenção de imposto sobre produtos industrializados nas importações de equipamento para os meios de produção determinados, dependendo de lei prévia e ampliação de período e das condições e espécies das isenções.

Art. 5º É concedida isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, para os aparelhos especiais destinados à adaptação de veículos com a finalidade de permitir sua utilização por paraplegicos ou pessoas portadoras de defeitos físicos que as impossibilitem de utilizar veículos comuns.

Parágrafo único. A importação dos aparelhos de que trata este artigo somente se beneficiará com a isenção quando se constituir de material sem similar nacional, importado diretamente pelo interessado ou pelas empresas nacionais fabricantes de veículos automotores, para utilização nos limites deste artigo.

Art. 6º Nos casos legalmente previstos, de isenção do imposto de importação a ser declarada por ato do Poder Executivo, poderá este deferir o benefício apenas em parte, limitando-se à redução do referido tributo, tendo em vista os interesses da política nacional de importação, e de acordo com normas estabelecidas em regulamento a ser baixado por decreto.

Art. 7º O Poder Executivo, no prazo de noventa (90) dias, baixará a regulamentação da presente Lei.

Art. 8º O Poder Executivo remeterá semestralmente ao Congresso Nacional relatório com a avaliação dos resultados da aplicação desta Lei, discriminando as empresas beneficiadas com os estímulos fiscais constantes do artigo 1º, o valor dos benefícios utilizados e as variações ocorridas em seu movimento de exportação de manufaturas, em relação aos dois semestres anteriores.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nº 4.613, de 2 de abril de 1965, e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1968. — Senador Wilson Gonçalves, Presidente. — Deputado Dória Vieira, Relator. — Deputado Paulo Abreu — Deputado Zacarias Seleme. — Senador Paulo Torres — Deputado Roberto Saturnino — Senador Luiz de Barros — Senador Adalberto Senna. — Senador Antonio Carlos — Senador Edmundo Levi — Senador Argemiro de Figueiredo — Senador Dylton Costa — Senador Bezerra Neto — Senador Pedro Carneiro — Deputado Paulo Ferraz.

ATA DA 82ª SESSÃO EM 17
DE MAIO DE 19682ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 6ª LegislaturaPRESIDÊNCIA DOS SRS.: RUI
PALMEIRA E GUIDO MONDINAs 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Senadores:Adalberto Sena
Alvaro Maia
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Menezes Pimentel
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Raul Gluberti
Mário Martins
Gilberto Marinho
Fernando Corrêa
Ney Braga
Mello Braga
Guido Mondin
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — A lista de presença acusa comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Restituição de autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

Nº 02.184, de 16 do corrente mês — autógrafos do Projeto de Lei número 860-68, na Câmara e 31-68, no Senado, que regula a micro-filmagem de documentos oficiais e das outras providências (Sancionado em 3 de maio de 1968).

PARECERES

Parecer nº 422, de 1968

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1968 (nº 43-B-67, na Câmara), que aprova o Acórdão sobre Transporte Aéreo, assinado entre a República Federativa do Brasil e o México a 17 de outubro de 1966. Relator: Senador Fernando Corrêa.

Com a Mensagem nº 505, de 19-67, o Senhor Presidente da República submete à consolidação do Congresso Nacional o texto do Acórdão entre o Brasil e o México, sobre transportes aéreos, assinado na cidade do México a 17 de outubro de 1966.

Na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem presidencial, estão consubstanciadas as razões que determinaram e justificam a adoção das medidas constantes do referido acórdão, entre os quais avulta a imprescindível necessidade de, em relação ao Brasil, regularizar a operação que a empresa aérea brasileira "S. A. Empresa de Viação Rio Grandense — VARIG" vem realizando há mais de seis anos para a costa ocidental dos Estados Unidos da América, com escala na Capital Mexicana, com base, durante todos estes anos, em autorização precária e unilateral.

Não havendo, no Acórdão, qualquer disposição que possa ser considerada lesiva aos interesses nacionais, uma vez que se os mesmos direitos ficam assegurados a ambas as partes contratantes, opinamos pela aprovação

do presente projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1968. — Benedito Valladares, Presidente. — Fernando Correa, Relator. — Mario Martins — Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves — Ney Braga — Milton Campos — Oscar Passos.

Parecer nº 423, de 1968

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 24, de 1968 (nº 43 de 1967, na Câmara), que aprova o Acórdão sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e o México a 17 de outubro de 1966.

Relator: Senador Paulo Tórrès.

O presente projeto aprova o Acórdão sobre transportes aéreos, assinado entre o Brasil e o México a 17 de outubro de 1966.

"A assinatura do referido Ato", conforme esclarece a Mensagem, "corroeu de êxito seis anos de esforços no sentido de se regularizar a operação que vinha realizando a empresa aérea brasileira — VARIG — para a costa ocidental dos Estados Unidos da América, com escala na Capital Mexicana".

Neste Acórdão, de 17 de outubro de 1966, foi assegurado ao Brasil o direito para que o seu transportador opere dentro pontos no território brasileiro e a Cidade do México e além, via escalas intermediárias, que são precisamente as que a VARIG serve no momento. Nestas escalas, foram determinados os direitos de tráfego que a empresa poderá levantar para a Capital Mexicana, proporcionando-lhe, assim, um sólido sustento comercial na rota.

Em contrapartida, à empresa aérea mexicana, que foi designada pelo Governo do México para operar para o Brasil, serão concedidos direitos equivalentes.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do presente Projeto.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1968. — Jose Leite, Presidente — Paulo Tórrès, Relator — Pessoa de Queiroz — Mario Martins.

Parecer nº 424, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1968 (nº 1.128-B-63, na Câmara), que concede pensão especial ao cidadão brasileiro Assis Almeida e às outras providências. Relator: Senador Milton Trindade

O projeto sobre o qual somos chamados a opinar decorre de solicitação do Poder Executivo e tem por objeto conceder pensão especial ao cidadão brasileiro Assis Almeida.

Na Exposição de Motivos que acompanha a proposição do Senhor Ministro do Interior, assim se expressa:

"Soldado da Borracha, durante a Segunda Guerra Mundial, quando mobilizados os sertanejos nordestinos para a indústria extrativa na Amazônia atendo ao esforço de guerra aliado, Assis Almeida, natural de Iguatu, foi picado por uma serpente venenosa, no Acre. A carência de recursos para o combate ao ofidismo fez com que, quase enterrado, se internasse, algum tempo depois, no Hospital Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, em 1962. Graças a intenso tratamento, conseguiu sobreviver. Retirando-se daquele hospital, amparou-se no Albergue João XXII, fisicamente impossibilitado de trabalhar, aos 53 anos, sem instrução para

qualquer tarefa que superasse sua condição de incapaz físico".

Fica, agora, uma tarefa ao Governo da República. Trata-se de ato de humanidade ou liberalidade, que atenda a uma homem cuja invalidez decorre da prestação do serviço de relevante interesse nacional, embora não na situação de funcionário público, sob estatuto que lhe assegurasse garantias e vantagens".

Ressalta do exposto tratar-se de projeto que concede pensão especial a um dos muitos seringueiros vitimados na luta contra as intempéries, as endemias e as feras da floresta amazônica, durante a última guerra mundial.

Merecedora de amparo, sem dúvida, essa situação. Temos nos colocado sempre na defesa intransigente de projetos como este. Recentemente ao relatar um outro que aumentava a pensão de um ex-soldado vitimado pela lepra, lamentamos não poder elevar o respectivo quantum face as proibições constitucionais.

Somos assim favoráveis ao projeto acentuando seus altos propósitos e seu relevante alcance social.

Sala das Comissões em 16 de maio de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente; Milton Trindade, Relator; Carvalho Pinto; Paulo Tórrès, Mello Braga; José Leite; Oscar Passos; Fernando Corrêa e Manoel Villaga.

Parecer nº 425, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado número 71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Relator: Senador Bezerra Neto.

Com esta proposição, quer o seu autor, o eminente Senador Gilberto Marinho, seja declarado de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, com sede no Estado da Guanabara.

2. Esta Comissão, através de exame de proposições como esta, tem destacado o fato de que as declarações de utilidade pública de entidade constitui atribuição executiva, através de decreto. Mesmo assim vem acolhendo e aprovando tais proposições: a) porque a lei não manda subtrair da iniciativa do legislativo nesse campo; b) porque se trata de uma declaração ou reconhecimento de idoneidade e benevolência, a servir de pressuposto a medidas de amparo ou concessões do governo.

3. No presente caso são documentados suficientemente os méritos e requisitos do Instituto. Foi fundado em 1959 e até outubro de 1966 funcionou como sucursal da Sociedade de Educação e Beneficência, com sede em Campinas, São Paulo. Em consequência do seu desenvolvimento, e a fim de facilitar o melhor entrosamento com os órgãos públicos do Estado da Guanabara, foi constituído em sociedade. Tem por fim ministrar educação, instrução e assistência à criança deficiente de audição, bem como prestar assistência social de maneira ampla. O Instituto possui, atualmente, trinta alunos, parte pagante e parte gratuita. Qualquer criança, mesmo que não tenha recursos, poderá ser matriculada no Instituto, dela só se exigindo que possua condições de saúde e desenvolvimento mental que possibilitem a aprendizagem e a idade mínima de dois anos.

4. A lei municipal nº 936, de 1959, do antigo Distrito Federal reconheceu ser de utilidade pública a entidade, e no presente processo, é jun-

tada ampla documentação, inclusive a de inscrição no Registro Público. A Comissão de Constituição e de parecer pela aprovação do projeto. Sala das Comissões, em 23 de abril de 1968. — Aloysio de Carvalho, Presidente em exercício — Bezerra Neto, Relator — Wilson Gonçalves — Sumundo Levi — Menezes Pimentel — Argemiro Figueiredo — Alvaro Maia.

Parecer nº 426, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado número 71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Relator: Senador Fernando Corrêa.

O presente Projeto de Lei, da autoria do eminente Senador Gilberto Marinho, propõe seja declarado de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, com sede no Estado da Guanabara.

O Autor, na sua justificativa, esclarece que o Instituto Nossa Senhora de Lourdes tem por finalidade ministrar educação, instrução e assistência à criança deficiente de condições, bem como prestar assistência social de maneira ampla.

A referida instituição, de fevereiro de 1959 a outubro de 1966, funcionou como sucursal da Sociedade de Educação e Beneficência, com sede em Campinas — Estado de São Paulo.

O Instituto possui 30 alunos, parte pagante e parte gratuita, sendo o ensino ministrado de acordo com os métodos mais modernos utilizados nas escolas congêneres no exterior.

O então Distrito Federal (atual Estado da Guanabara), reconheceu o Instituto como de utilidade pública por Lei Municipal nº 936, de 15 de setembro de 1959.

O projeto visa a ampliar ao plano federal esse reconhecimento. O mérito específico da matéria já foi devidamente apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

No que compete a esta comissão examinar, nada há que possa ser oposto ao projeto, razão por que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Fernando Corrêa, Relator. — José Leite — Milton Trindade — Mello Braga — Oscar Passos — Manoel Villaga — Paulo Tórrès — Carvalho Pinto.

Parecer nº 427, de 1968

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1968 (nº 519-B-67, na Casa de origem), que modifica o Decreto-Lei número 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, Senai e das entidades sindicais.

Relator: Senador Carlos Lindenberg

Volta a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1968 (nº 519-B-67, na Casa de origem) que, após analisado sob vários aspectos, foi aqui rejeitado por unanimidade.

2. Como Relator da matéria, no 1º — da primeira vez que o Projeto foi examinado por esta Comissão — que o texto, aprovado em Redação Final da Câmara, diferia do que merecera aprovação, no primeiro votação (em plenário). Acontece que os autógrafos encaminhados ao Senado, pela Mesa da Câmara, eram apoiados na assinatura dos ilustres membros da Comissão de Redação, o que me levou a citá-los como válidos. Assumo tal posição, porquanto não me julgava competente para averiguar sobre atos praticados na outra Casa do Congresso.

3. O nobre Relator da Comissão de Finanças, entretanto, dentro do seu

espírito de pesquisador, que tantos aplausos tem merecido, ao observar a diversidade de textos, a que aludi, soeitou diligência, no sentido de esclarecer qual a redação que os Senhores Deputados acatavam: se a Final, encaminhava ao Senado, ou publicação em avulso.

4. Pelo ofício nº 1.331, de 25 de março último, a Secretaria da Câmara remeteu novos autógrafos, admitindo que o texto submetido ao Senado "apresentava incorreções". Por conseguinte, julgo caber a esta Comissão novo exame da matéria.

5. O Projeto é de autoria do Deputado Pedro Faria. Seu objetivo é modificar o Decreto-Lei nº 151-67, que dispõe sobre depósitos bancários do SESC, Sesi, SENAI, SENAC e entidades sindicais, para permitir que tais depósitos se façam também nos Bancos oficiais dos Estados.

6. Na Comissão de Economia da Câmara, o Deputado Abrahão Sabbá apresentou substitutivo, modificando substancialmente o Projeto. O substitutivo foi aprovado, na Comissão de Economia e em Plenário, com emendas supressivas do Deputado Israel Pinheiro Filho, ficando sua redação da forma seguinte:

PROJETO DE LEI Nº ...

Modifica o Decreto-Lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, SESC, SENAI, SENAC e das entidades sindicais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e os Sindicatos, Federações e Confederações das categorias econômicas e profissionais deverão manter suas disponibilidades em depósito no Banco do Brasil S. A., Caixas Econômicas Federais, Banco de Crédito da Amazônia S. A., Banco do Nordeste do Brasil S. A., Caixas Econômicas Estaduais ou Bancos Oficiais dos Estados.

§ 1º. Excluem-se da obrigatoriedade de que trata este artigo, os depósitos dos Sindicatos sediados em localidades onde não exista agência de um dos estabelecimentos ali mencionados, assim como os depósitos que, excepcionalmente, for indispensável, a qualquer das entidades referidas no presente artigo, manter nessas localidades, por período determinado, para atender ao pagamento de obras em realização ou de serviços prestados.

§ 2º. Todos os estabelecimentos oficiais acima citados, para receberem qualquer disponibilidade das entidades referidas no art. 1º, deverão aplicar tais disponibilidades ao juro máximo de 2% (dois por cento) ao mês, inclusive taxas, mediante compromisso firmado perante as referidas entidades e o Banco Central.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

7. O Projeto, como se vê, acrescenta ao art. 1º do Decreto-Lei número 151, de 9 de fevereiro de 1967, as expressões "Caixas Econômicas ou Bancos Oficiais dos Estados", e determina (§ 2º do art. 1º) que as entidades bancárias, referidas no caput do art. 1º, apliquem as disponibilidades que receberem, ao juro máximo de 2% ao mês, inclusive taxas e mediante compromisso firmado perante as organizações depositantes e o Banco Central do Brasil.

8. Relativamente à fixação do juro máximo de 2% ao mês, de que trata o § 2º, o Banco Central, na forma de

deliberação do Conselho Monetário Nacional baixou a Resolução número 86, cujos itens I e II estão redigidos da seguinte maneira:

"I — para os fins previstos no item I da Resolução nº 72, de 17 de novembro de 1967, e no item I, da Resolução nº 79, de 26 de dezembro de 1967, os bancos devem oferecer ao público, em suas operações ativas de prazo até 60 dias, um custo de dinheiro igual ou inferior a 2,0% ao mês.

II — Nas perações ativas de prazo acima de 60 dias, admitir-se-á que os bancos adotem custo de dinheiro superior ao fixado no item I, desde que sejam respeitadas as seguintes condições:

a) o custo médio do dinheiro, no conjunto de todas as operações ativas do banco, não poderá exceder a 2,2% a.m.; e

b) o custo do dinheiro em operações ativas vinculadas a transações comerciais não poderá exceder 2,5% a.m., excluindo-se as operações em curso ou suas reformas".

9. O item I, da Resolução 72, do Banco Central, datada de 17 de novembro de 1967, condiciona, a partir do ano em curso, a autorização para abertura de novas agências e filiais dos estabelecimentos bancários e Caixas Econômicas, a que os requerentes operem à taxa de juro até 1% ao mês, acrescida de comissões e despesas que não ultrapassem a mesma percentagem".

10. Por sua vez, o item I da Resolução 79, do mesmo Banco Central, fixa, em 15 de janeiro de 1968, o fim do prazo para os estabelecimentos bancários comunicarem a aceitação das condições estabelecidas no item I, da Resolução nº 72-67. A Resolução 79 (item I) determina que "os bancos que fizerem a opção se obrigam a divulgar de modo explícito, em toda e qualquer publicidade, bem como a fixar em suas sedes e agências, em local de fácil acesso ao público, as taxas e comissões cobradas em suas operações".

11. Na verdade, as autoridades monetárias vêm estimulando a redução da taxa de juros. Está atendido, portanto, o que preconiza o § 2º do art. 1º do Projeto.

12. A proposição em estudo é de real interesse para a atual política econômica e financeira, pois visa a modificação de critério fixado pelo Decreto-lei nº 151, que atende às diretrizes da política monetária governamental.

13. O argumento de que se acham agravados os serviços normais do Banco do Brasil e das Caixas Econômicas Federais, evidentemente, não encontra fundamento. Prova disso é que, até o momento, não houve reclamação quanto ao assunto.

14. Convém salientar que o Decreto-Lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, atende à política monetária estabelecida no art. 92, do Decreto-Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967 verbis:

Art. 92 — Com o objetivo de obter maior economia operacional e racionalizar a execução da programação financeira de desembolso, o Ministério da Fazenda promoverá a verificação de recursos movimentados pelo Tesouro Nacional através de sua Caixa junto ao agente financeiro da União.

15. Diante dessa determinação, as autoridades monetárias vêm procurando obter a unificação de recursos movimentados pelo Tesouro. E tal fato só será possível com a adoção de providências como as do Decreto-lei nº 151-67.

16. Face ao exposto, opinamos pela rejeição do presente projeto, que

contraria a atual política monetária do Governo.

Sala das Comissões, 24 de abril de 1968. — *Carvalho Pinto*, Presidente. — *Carlos Lindemberg*, Relator. — *José Leite*. — *Paulo Torres*. — *Antônio Carlos*. — *Edmundo Levi*. — *Sebastião Archer*.

Parecer nº 428, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1968 (nº 519-B-67, na Câmara), que modifica o Decreto-lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, SESC, SENAC, SENAI e das entidades sindicais.

Relator: Senador José Leite.

O presente projeto, que dispõe sobre depósitos bancários do Sesi, SESC, SENAI e das entidades sindicais, retorna ao exame desta Comissão.

Em parecer anterior, ressaltamos que "inexplicavelmente, a redação final publicada no Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 27 de janeiro de 1968, página 381, 1ª coluna, reintroduz o § 2º e a expressão *aois* *terços* de rejeitados pela Comissão de Economia significando que um terço das disponibilidades das entidades a que se refere o projeto seria depositado em bancos particulares".

A fim de esclarecermos devidamente se a redação enviada, realmente foi a aprovada ou se houve engano por parte da Câmara, solicitamos a audiência daquela Casa do Congresso, a qual, pela sua Secretaria, enviou novo projeto a fim de substituir o remetido anteriormente, que apresentava incorreções (fls. 15).

A Comissão de Economia desta Casa, examinando a proposição, ofereceu parecer (que também subscrevemos), concluindo pela rejeição do projeto.

E isso porquanto as autoridades monetárias vêm procurando obter a unificação de recursos movimentados pelo Tesouro. E tal fato somente será possível com a adoção de providências como as do Decreto-lei nº 151, de 1967.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição do presente projeto.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1968. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *José Leite*, Relator. — *Carvalho Pinto*. — *Milton Trindade*. — *Paulo Torres*. — *Manoel Villaga*. — *Mello Braga*. — *Oscar Passos*. — *Fernando Corrêa*.

Parecer nº 429, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1968 (nº 1.395-B de 1968, na Câmara, que concede isenção dos impostos sobre produtos industrializados e importação para dois helicópteros e três aviões, seus equipamentos adicionais e complementos, destinados a empresas que explorem serviços aerofotogramétricos.

Relator: Senador Paulo Torres.

Na forma do art. 54, parágrafos 1º e 2º da Constituição, o Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, projeto de lei, concedendo isenção de impostos e da taxa aduaneira para três aviões, seus equipamentos adicionais e complementos, e dois helicópteros, concebidos nos seguintes termos:

"Art. 1º É concedida isenção dos impostos sobre produtos industrializados e de importação para 2 (dois) aviões "Beechcraft", seus equipamentos adicionais e complementos; 2 (dois) helicópteros "Hughes", cobertos, respectivamente, pela licença de importação DG-66-107-554 e pelas guias de importação nºs 66-10.625 e 66-10.626, importados por "Serviços

Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S. A."; e para 1 (um) avião "CESSNA", modelo executivo Sky-night, seus equipamentos adicionais e complementos, cobertos pela guia de importação nº 18-67-26.565, importado por "Vasp-Aerofotogrametria S. A.", todos destinados à atividade aerofotogramétrica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

2. O Sr. Ministro da Fazenda, em sua Exposição de Motivos, afirma:

"Trata-se da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados. Imposto de Importação e taxa de despacho aduaneiro de material que específica, importado pela "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S. A." e por Vasp-Aerofotogrametria S. A. e destinado às atividades próprias dessas empresas.

A proposição é necessária por motivo de legislação existente que dispõe sobre a isenção do imposto à importação de maquinaria e material técnico, destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos, importados por empresas que operam neste ramo de atividade, não abranger como é da conveniência econômica, o equipamento aéreo que constitui parte essencial à normal prestação do serviço. De outra parte, os benefícios fiscais em vigor que contemplam a importação de aeronaves por empresas concessionárias de linhas regulares, por aeroclubes e empresas que explorem serviços do táxi aéreo, excluem os aparelhos destinados às atividades aerofotogramétricas.

Considerando a urgência e o mérito do caso específico apresentado pelos "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S. A." e "Vasp-Aerofotogrametria S. A.", e tendo em vista que os estímulos a essas empresas constituem expressão aplicada do disposto no projeto de lei mais geral sobre os estímulos aos serviços de aerofotogrametria, quer me parecer conveniente, acorde aliás com o entendimento dos Órgãos Técnicos deste Ministério, o anexo projeto de lei que tenho a honra de submeter a Vossa Excelência.

3. Na Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça decidiu aceitar emenda supressiva do relator, quanto à isenção da taxa aduaneira. A matéria foi, ainda, aprovada nas Comissões de Economia e de Finanças, tendo o Plenário, por 294 votos "Sim" e nenhum "Não", acatado a decisão das Comissões.

4. A Constituição vigente (art. 20, § 2º) estabelece que a "União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social o econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais". Não há em taxa, mas apenas, em impostos.

5. Ora, a concessão de isenção de impostos é ato do poder público competente. No caso de exame, a União é competente para isentar, dos impostos sobre produtos industrializados, as empresas de aerofotogrametria Cruzeiro do Sul e Vasp. Porém, o texto constitucional nenhuma referência faz à isenção de taxas. Daí ter a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara suprimido, do texto oriundo do Executivo, a expressão "e da taxa de despacho aduaneiro".

6. Acreditamos que a decisão da Câmara foi acertada, porquanto imposto não pode ser confundido com taxa. Esta é a contra-prestação de serviço custeado pelo Estado em favor de quem a paga; aquela é o tributo exigido pelo Estado sobre rendas e produtos.

7. No mérito, o Projeto é da mais alta significação, não apenas para a economia, mas para a própria segurança nacional. As empresas brasileiras, que atuam no ramo da aerofotogrametria, devem ser estimuladas ao máximo, a fim de que possam

executar os serviços aerofotogramétricos que o Brasil precisa.

8. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1968. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Paulo Torres. — José Leite. — Mário Martins. — Antônio Carlos. — Ney Braga. — Carvalho Pinto.

Parecer nº 430, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 54, de 1968, que concede isenção dos impostos sobre produtos industrializados e de importação para dois helicópteros e três aviões, seus equipamentos adicionais e complementos, destinados a empresas que explorem serviços aerofotogramétricos. Relator: Senador Mello Braga

O projeto ora submetido à nossa consideração decorre de solicitação do Poder Executivo e tem por objeto isentar do imposto sobre produtos industrializados e de importação, dois helicópteros e três aviões com os respectivos equipamentos destinados a empresas que explorem serviços aerofotogramétricos.

Ao justificar a matéria, o Sr. Ministro da Fazenda acentua que:

"A proposição é necessária por motivo de a legislação existente que dispõe sobre a isenção do imposto à importação de maquinaria e material técnico, destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos, importados por empresas que operam neste ramo de atividade, não abranger como é da conveniência econômica, o equipamento aéreo que constitui parte essencial à normal prestação do serviço. De outra parte, os benefícios fiscais em vigor que contemplam a importação de aeronaves por empresas concessionárias de linhas regulares, por aeroclubes e empresas que explorem serviços de taxi aéreo, excluem os aparelhos destinados às atividades aerofotogramétricas."

Ressalta do exposto que a isenção fiscal solicitada visa a dar cumprimento ao projeto de lei geral sobre estímulos aos serviços aerofotogramétricos, cuja importância, num país de extensão territorial como a do Brasil, é desnecessário encarecer.

Manifestamo-nos, assim, favoravelmente ao projeto.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Mello Braga, Relator. — José Leite. — Carvalho Pinto. — Paulo Torres. — Milton Trindade. — Oscar Passos. — Fernando Corrêa. — Manoel Villaga

Parecer nº 431, de 1968

Da Comissão de Projeto do Executivo sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 53, de 1968 (n.º 1.094-B de 1968, na Câmara), que acrescenta mais um inciso ao art. 15 do Decreto-lei n.º 37, de 18-11-66, que dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências. Relator: Senador Mário Martins.

I — Relatório

1. É apresentado a esta Comissão para examinar e opinar o Projeto de Lei n.º 53, de 1968 (n.º 1.094-B de 1968 na Câmara dos Deputados), oriundo do Poder Executivo e devidamente aprovado na Câmara dos Deputados, que "acrescenta mais um inciso ao art. 15 do Decreto-lei n.º 37 de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências."

2. Em Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda, que acompanha a Mensagem, se esclarece "que a Lei n.º 5.166, de 21 de outubro de 1966, ao dispor sobre a isenção do Impos-

to de Importação concedida à maquinaria e material técnico destinado à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos, importados por empresas que operam neste ramo de atividade, omitiu o equipamento aéreo, indispensável à normal prestação daquele serviço." acrescentando, ainda, que "não padece contestação que a implantação dos serviços aerofotogramétricos se apresenta de cunho indispensável, quer sob o aspecto econômico e seus reflexos em setores básicos da Administração Pública mas, e sobretudo, no que concerne à segurança nacional."

3. Na tramitação na Câmara dos Deputados, o eminente relator Deputado Cid Carvalho em seu parecer, ao opinar favoravelmente, quis se valer da oportunidade para propor à Comissão que recomendasse a denúncia do Acordo Aerofotogramétrico Brasil-Estados Unidos, ora vigente, com o que não concordou a Comissão de Justiça daquela Casa Legislativa, por considerar não ter cabimento a conclusão do Relator, quando a matéria em apreciação limita-se unicamente a um acréscimo de lei sobre isenção de importações, embora relacionado na verdade com o tema do Acordo em apêgo.

II — Parecer

1. Muito embora, pessoalmente, esteja em plena comunhão de pensamento com o parecer do relator, Deputado Cid Carvalho, quando história e condena veementemente, analisando detalhadamente o Acordo Aerofotogramétrico Brasil-Estados Unidos, não posso deixar de concordar com a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, quando considerou imprópria a recomendação de inegável fundo patriótico, aduzindo, entretanto, que a "mencionada recomendação da denúncia do Acordo será objeto de ulteriores debates na Comissão, através do convite de autoridades competentes para elucidarem o assunto perante esse órgão técnico".

2. Admitindo-se, portanto, que as considerações do Deputado Relator venham a ser estudadas na Comissão de Justiça da Câmara, como uma iniciativa autônoma, cumpre-nos agora falar exclusivamente sobre a proposição enviada pelo Poder Executivo. Na verdade era de se estranhar que no Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, que em seu artigo 15 continha 11 incisos a propósito de isenção do Imposto de Importação, dos quais três (3) deles se referem precisamente a aparelhos, motores, peças, acessórios e demais materiais de manutenção de aeronaves, não tenha sido incluído nada referente à isenção de material destinado às indústrias de mapas e levantamentos aerofotogramétricos. Essa omissão possivelmente, decorrente dos compromissos que nos obrigam ao Acordo Aerofotogramétrico Brasil-Estados Unidos, é agora devidamente subtrida com a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, destacando-se a confessada intenção de zelo patriótico de seu autor quando pretende conceder os favores unicamente a "empresas de capital exclusivamente nacional" que explorem serviços de Aerofotogrametria. Tratando-se de um serviço de indiscutível caráter de segurança nacional, cujos segredos de ordem militar, também, são universalmente indiscutíveis, e dispondo o País de empréstimo de capital privado e nacional que vinham explorando neste ramo com reconhecida eficiência e absoluta identidade com os nossos órgãos militares, a manutenção do Acordo em questão, não só veio transferir para outra nação o levantamento Aerofotogramétrico de nosso território, como com ela dividir segredos que afetam a segurança da nação.

A circunstância, pois, de não se conceder isenção para importação do equipamento destinado a Aerofotogrametria, destinado às firmas brasilei-

ras, após a transferência dos serviços oficiais para outras mãos, impossibilitava o Brasil de possuir serviços próprios nesse campo de atividade.

3. Assim, a Mensagem atual não apenas corrige essa falha altamente danosa para o País, como proporciona interpretação que admita, no futuro, a competição de empresas brasileiras com órgãos militares dos Estados Unidos na execução de trabalhos dessa natureza.

Assim posto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1968. — Paulo Torres, Presidente. — Mário Martins Relator. — Antônio Carlos. — José Leite. — Edmundo Leal. — Eurico Rezende. — Carvalho Pinto.

Parecer nº 432, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Relator: Senador Fernando Corrêa
O presente Projeto de Lei, de autoria do eminente Senador Gilberto Marinho, propõe seja declarado de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, com sede no Estado da Guanabara.

O Autor, na sua justificativa, esclarece que o Instituto Nossa Senhora de Lourdes tem por finalidade ministrar educação, instrução e assistência à criança deficiente de condições, bem como prestar assistência social de maneira ampla.

A referida instituição, de fevereiro de 1959 a outubro de 1966, funcionou como sucursal da Sociedade de Educação e Beneficência, com sede em Campinas — Estado de São Paulo.

O Instituto possui 30 alunos, parte pagante e parte gratuita, sendo o ensino ministrado de acordo com os métodos mais modernos utilizados nas escolas congêneres no exterior.

O então Distrito Federal (atual Estado da Guanabara), reconheceu o Instituto como de utilidade pública por Lei Municipal n.º 936, de 15 de setembro de 1959.

O projeto visa a ampliar ao plano federal esse reconhecimento. O mérito específico da matéria já foi devidamente apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

No que compete a esta comissão examinar, nada há que possa ser oposto ao projeto, razão por que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Fernando Corrêa, Relator. — José Leite. — Milton Trindade. — Mello Braga. — Oscar Passos. — Manoel Villaga. — Paulo Torres. — Carvalho Pinto.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — O expediente lido vai à publicação. A Presidência recebeu Ofício do Sr. Governador do Estado do Paraná, de 14 do corrente mês, solicitando autorização para financiamento junto a Water Resources Development (International) Ltd., com sede em Tel Aviv — Israel, no valor global de US\$ 24.000.000 (vinte e quatro milhões de dólares americanos) destinado à cobertura financeira parcial das obras de construção da ligação férrea direta entre as cidades de Apucarana e Ponta Grossa, naquele Estado.

O ofício será encaminhado às Comissões competentes, aguardando na de Finanças a complementação dos documentos exigidos no Regimento Interno. (Art. 343).

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

N.º 154-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Minis-

tério da Agricultura (Aviso número G 130 de 17-4-68);

N.º 177-68, de autoria do Senador Aurão Steinbruch, enviada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Aviso n.º 180-68, de 15 de abril de 1968).

N.º 196-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério do Interior (Aviso n.º PSB-167, de 15-5-68).

N.º 243-68 de autoria do Senador Vasconcelos Torres enviada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (Aviso n.º 344, de 15-5-68).

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — A Presidência recebeu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Lino de Mattos:

N.º 516-68, ao Ministério das Transportes

N.º 517-68, ao Ministério das Minas e Energia.

De autoria do Senador Gilberto Serra:

N.º 518-68, ao Ministério Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Sobre a nota comunicada que será lida pelo Sr. 1.º Secretário.

É lida a seguinte

Ofício n.º 60-68

Brasília, 16 de maio de 1968.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que o Sr. Deputado Sinval Boaventura substituirá o Sr. Deputado Alberto Hoffmann na Comissão Mista do Congresso Nacional designada a proceder ao estudo dos problemas agropecuários e o seu reflexo na economia nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Eurico Rezende, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Será feita a substituição proposta na Comissão Mista.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Como Líder — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo registrar, nos Anais da Casa, acontecimento designado para depois de amanhã e que servirá, por certo, para nutrir vozes gratulatórias e manifestações de regozijo, em toda a opinião nacional.

É que naquela dia, a Unifol Press comemora 50 anos de atividade neste País. Sobre ser uma organização internacional de difusão da mais alta categoria e do melhor conceito, essa Agência de notícia incorporou-se e circulo da difusão e da informação, no Brasil, através da prestação do melhor serviço. Sem dúvida alguma, é uma empresa qualificadamente respeitável, dotada, em todo o mundo, de instalações, meios e recursos técnicos que se aperfeiçoam continuamente, preenchendo, — e atendendo por via de consequência, — no avanço das civilizações mais adiantadas, a tecnologia da informação.

Dentre os fatos que contribuíam para que sentimentalmente a Unifol Press se tornasse imensamente conhecida, indubitavelmente prestigiada e,

longe de qualquer contestação, integrada, radicada no espírito brasileiro, situa-se o "Reporter Esso", que surgiu em nosso País, — creio — no início da década de 40. E é precisamente a *United Press* a agência fornecedora de notícias para aquela reportagem diária, e que durante muito tempo, durante vários anos foi a única reportagem radiofônica a cobrir toda a geografia deste país de dimensões continentais.

A *United Press International* começou a funcionar no Brasil no dia 19 de maio de 1918, entregando cerca de quatro mil palavras em inglês, transmitidas por telegrama, ao jornal "O País", no Rio de Janeiro.

Hoje, o cliente mais antigo é o jornal "O Estado de São Paulo", que começou no dia 4 de agosto de 1918, sendo que "O País" foi incendiado na Revolução de 1930.

O serviço, hoje, da *United Press International*, no Brasil, é de cerca de 20 mil palavras em português, por dia, transmitidas em teletipo para cinco cidades. Outros centros recebem por radioteletipo, diretamente de Nova York, o noticiário internacional e por Morse do Rio, já traduzido em português. Atualmente, mais de sessenta clientes recebem o noticiário da *United Press International*, no Brasil, sendo que a empresa possui quatro escritórios no país: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Brasília.

Atualmente dirige a *United Press International*, no Brasil, o jornalista John Virtue, sendo que o escritório de Brasília foi instalado antes da inauguração da Capital, tendo sido a UPI a primeira agência jornalística a transmitir rádiosfotos de Brasília para o exterior, isso em 23 de fevereiro de 1960, quando da visita do Presidente D. Eisenhower.

No Brasil, além do serviço noticioso, a *United Press International* opera com serviços de rádiosfotos compreendendo as cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília.

A UPI começou a operar na América Latina em 1 de junho de 1916, estabelecendo serviços de Nova York para Buenos Aires, sendo a primeira agência de notícias norte-americana a se estabelecer na América Latina onde, hoje, tem vinte escritórios, sendo que nas principais cidades os seus escritórios funcionam com horário integral (24 horas).

Sr. Presidente, ao fazer esse registro, desejo endereçar a alegria das minhas congratulações à administração dessa empresa noticiosa, que desfruta de grande conceito no país pela precisão do seu noticiário, pela imparcialidade da sua divulgação e pela tarefa exemplarmente cumprida de informar os fatos e os detalhes de todos os acontecimentos que interessam à curiosidade e ao conhecimento da opinião pública. E ao fazê-lo, desejo particularizar as minhas felicitações ao Diretor do Bureau da *United Press* em Brasília, jornalista José Vieira Madeira, e, tornando ainda mais acentuada esta particularização, quero envolver no elenco das minhas congratulações o seu representante junto ao Comitê de Imprensa do Senado Federal, o jornalista Wilson de Queiroz Garcia. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE: E:

(Rui Palmeira) — Há oradores insatisfeitos.

Tem a palavra o nobre Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, na sessão de ontem tive oportunidade de me dirigir ao Presidente Gilberto Marinho fazendo uma indagação a propósito de determinada proposição de minha autoria,

quando solicitava ao então Presidente Moura Andrade que, em nome do Senado, fizesse cumprir a Constituição naquilo que se refere à prerrogativa exclusiva do Senado, qual seja no caso a de exigir que todos os governadores e prefeitos que viessem contrair qualquer empréstimo com entidades estrangeiras cumprissem com a Constituição e enviassem a esta Casa, para o devido exame, a operação em apêgo.

O Presidente Gilberto Marinho, com aquela presteza que vem caracterizando a sua gestão, nem bem eu havia acabado de pronunciar minhas palavras quando S. Exa. se munia dos diferentes ofícios que têm chegado a esta Casa, mostrando a vigilância do Senado e, ao mesmo tempo, o atendimento de vários governadores à solicitação feita pela Presidência desta Casa. E na sessão de hoje V. Exa., que eventualmente preside nossos trabalhos, fez a abertura dos mesmos lendo um ofício do Governador do Ceará, em resposta a aquele que lhe havia sido enviado por esta Casa e encaminhando matéria referente a esse tema, qual seja de uma operação financeira com entidade estrangeira realizada por aquele Estado e agora a ser apreciada por esta Casa.

Vê V. Exa. que foi de bom alcance a minha iniciativa e, maior ainda a repercussão da mesma. E para corroborar com essa linha, os jornais hoje divulgam, num outro setor do Governo brasileiro, no setor Executivo, um decreto do Presidente da República estabelecendo:

"Art. 1º Nenhuma contratação de operação de crédito de origem externa, ou de concessão de garantia da União Federal a crédito de origem externa, poderá ser negociado ou ajustado por órgãos integrantes da administração direta e indireta — inclusive autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações de cujos recursos participe a União Federal sem prévio e expresso pronunciamento do Ministro do Planejamento e Coordenação-Geral sobre o grau de prioridade do respectivo projeto ou programa específico, dentro dos planos e programas nacionais de investimento, bem como sobre a existência de previsão dos correspondentes recursos orçamentários.

Art. 2º Compete privativamente ao Ministro da Fazenda firmar, pela União Federal, quaisquer instrumentos de empréstimo, garantia, aquisição de bens e financiamentos contratados no exterior, na forma da legislação vigente e observadas as condições estipuladas para operações dessa natureza, podendo delegar a referida competência, em ato próprio, a Procuradores da Fazenda Nacional, ao Delegado do Tesouro Nacional no Exterior ou a representantes diplomáticos no País.

Então, verificamos, Sr. Presidente, que o Senado manifestou a sua preocupação com relação a certo sistema que estava se estendendo entre nós — de Governadores e Prefeitos, ignorando a Constituição, a revelia do Senado, manter entendimentos com entidades estrangeiras e, em consequência, contraindo empréstimos que, fatalmente, a União acabaria avalizando. Com a atitude do Senado, tenho a impressão de que foi detido esse sistema na parte em que deixava de cumprir a Constituição.

E, já agora, quero acrescentar que a posição do Senado tenha chamado a atenção do próprio Executivo, com relação a entidades de administração direta ou indireta, no caso as autarquias, que estavam também negociando operações financeiras no exterior para, depois de praticamente

tudo consumado, obter, forçar e coagir a União a dar o seu aval.

A medida do Senado, e quero louvar aqui, como homem da Oposição, a medida do Presidente da República decretada ontem, visa primordialmente a resguardar a soberania nacional. É uma medida de segurança nacional porque, no pé em que as coisas andavam, com a liberdade e desenvolvimento com que esses assuntos eram tratados, nós poderíamos, determinado dia, sermos surpreendidos por certos problemas de ordem grave, em matéria de cobrança de dívida feita por um simples município ou por um Estado, cujos compromissos o Brasil teria que honrar ou, então, teria que enfrentar discussões difíceis, longas e penosas.

Acho, Sr. Presidente, que o Senado, com isso, não só defende prerrogativa que lhe é conferida para salvaguarda do bom nome do País, como também se credencia para medidas de outra natureza, no mesmo campo e ainda no campo da poupança privada e da economia popular.

Eu gostaria de chamar a atenção, Sr. Presidente, para o prestígio do que goza o Senado Norte-Americano, justamente porque, entre outras razões, ele se coloca sempre como defensor de cada contribuinte, havendo mesmo naquele País, como tradição como norma, cada contribuinte ter seu Senador, a quem escreve, diretamente, e proclama, publicamente, como seu Senador para resolver problemas nacionais mas também para atender aos problemas de cada contribuinte, de cada eleitor.

Baseado neste princípio nós temos, antecipando a Revolução, o Movimento Militar de 1º de Abril de 1964, um dado que, fatalmente, influir no desencadear da reformulação do regime em nosso País.

Todos recordamos uma das fontes de agitação política — no caso, legítima —, o então Governador do Rio Grande do Sul, Sr. Leonel Brizola. No desejo louvável de encampar as com panhas concessionárias de serviço público, no seu Estado, obsoleto, que não correspondiam aos compromissos e que atravassavam o progresso do Estado do Rio Grande do Sul, se propõe a fazer a desapropriação dessas empresas, com a consequente encampação. Não sei se o método usado por S. Exa. foi o mais indicado, no que se refere a fórmula de pagamento. Mas a verdade é que partia de causa justa no interesse do Rio Grande do Sul contra a companhia inadimplente, que não estava cumprindo com os textos contratuais. Nesta ocasião, no Senado norte-americano surgiu a famosa emenda que tomou o nome do Senador Hickenlooper, que, no interesse de resguardar os direitos dos acionistas norte-americanos, que haviam investido seus capitais nas empresas de serviços públicos como a Cia. Telefônica do Rio Grande do Sul, por exemplo, elaborou o projeto que, aprovado, tomou o nome de "Lei Hickenlooper", pela qual qualquer país que viesse a encampar uma empresa que tivesse capitais norte-americanos, imediatamente, seria bloqueado economicamente pelos Estados Unidos e teria suspensas quaisquer operações de crédito, no intuito de defender o contribuinte norte-americano.

No caso dessa empresa, acrescentava a circunstância de ter seus capitais pulverizados nos Estados Unidos. De modo que prejudicado ficava o pequeno investidor, o rapaz ascensionista, o motorista, o aposentado. Levantou-se, então, contra o Brasil campanha fortíssima. Naquele ocasião, houve grande pressão para aprovar o projeto. E o Senado, considerando tal princípio legítimo, o aprovou, surgindo, como consequência, a "Lei Hickenlooper". Daí tudo se alterou entre nós e acabamos vencidos

tendo de pagar muito mais do que o estimado pela empresa desapropriada. Entretanto, Sr. Presidente, não quero, agora, analisar aquele acontecimento e sim demonstrar que temos, cada vez mais, que fortalecer o Senado para que ele seja, realmente, a grande instituição de confiança para o povo.

Neste sentido venho, hoje, tributar. Direi algumas palavras a propósito de uma grande empresa de café solúvel, a empresa *Dominium*, que, pedindo concordata provocaram prejuízo enorme a 45.000 brasileiros que investiram seu capital num negócio por todos considerado dos mais rendosos.

Surpreendidos com o pedido de concordata, esses investidores de pequena economia, com pequenos saldos e modestas poupanças, ficaram em situação alarmante.

Ora, Sr. Presidente, estamos vivendo uma quadra, de 1964 para cá, que se vem caracterizando, precisamente, — tem sido a tônica da Revolução e do Governo — pelo incentivo, mais do que ao homem do povo, mais do que ao simples cidadão que vive de seus vencimentos, ao que se chama, não só de poupança, mas, sobretudo, de lucro. O que se pretende, de 1964 para cá, com a filosofia do Governo é dar base ao capital.

Nós saímos de uma fase em que havia mais preocupação com o aspecto social, para entrarmos na em que nos encontramos, que é a de dar garantia, possibilidades de maior rendimento a quem tem dinheiro.

Vimos, recentemente, quando o Senado rejeitou aquela célebre emenda que pretendia, como abrevio, mais tarde, retirar do Imposto de Renda, dando, como incentivo a quem comprasse ações no mercado de títulos, um desconto de 5%, com riscos inclusive, para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. Apesar de o Senado haver condenado a promulgação dessa medida, pouco depois o Governo, talvez por meio não dos mais legítimos, introduziu emenda e, noutro projeto, conseguiu fazer com que esta Casa recusasse, a fim de favorecer o que o Governo chamava "o mercado de títulos", a necessidade de o brasileiro ter o hábito de investir. Assim, uma vez que ele não podia poupar, pois não tinha o que economizar, o Estado abriu mão do dinheiro do Tesouro e o deu ao particular para o investir. Pretendia-se, assim, fazer com que ele adquirisse o hábito de investir em empresa privada.

Nesta altura, neste momento, então surge o escândalo da concessão da *Emorpha Dominium*, que explora a indústria do café solúvel, com o faturamento de mais de 15 milhões de dólares. Estima-se o prejuízo, na praça acima de 75 milhões de cruzeiros novos).

A respeito do fato, conversei com o nobre Senador Paulo Torres, visto que, no Estado do Rio de Janeiro, na Guanabara e naturalmente com maior expressão, em São Paulo, está havendo um clamor da parte daqueles que investiram, confiados na lei e nas autoridades, e que, de repente, viram esvair-se, entre os dedos, o fruto de seu trabalho e de sua poupança.

No primeiro momento o Sr. Senador Paulo Torres e eu admitíamos três hipóteses para o Senado se fazer presente nesta matéria crucial: em primeiro lugar, seria o de um requerimento de informações para que o Senado tivesse conhecimento do assunto com todos os pormenores. Entretanto, nos pareceu que não atingiríamos o alvo, na maneira necessária. Então, admitimos a segunda hipótese: uma vez que existe, nesta Casa, uma Comissão que estuda os problemas do café solúvel, procurar-

mos enquadrar a matéria na Comissão, presidida pelo nobre Senador Carvalho Pinto. Mas consideramos, depois de examinarmos a questão, que poderíamos desvirtuar e perturbar os trabalhos que vêm sendo feitos naquela Comissão, de vez que a questão envolve matéria de contabilidade e apresenta, realmente, aspectos muito escandalosos. Um deles foi a compra de duas empresas do Moinho Inglês, onde há trabalhadores com mais de 35 anos de serviço. Neste momento, essa firma está praticamente paralisada, o pagamento do pessoal não está sendo feito nem na base de 10% das folhas.

Ainda hoje, no Rio de Janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, sediado na Rua Maria e Barros, vai reunir os operários para ver como o Governo poderá ir em seu socorro.

A matéria, então, ultrapassava, transcendia os objetivos, as finalidades da Comissão presidida pelo ilustre Senador Carvalho Pinto, a Comissão que estuda os problemas relacionados com o café solúvel.

Constituir uma Comissão de Inquérito seria, tudo faz crer, o caminho mais indicado, mas não sei — e é sobre este ponto que vou conversar com os mais companheiros, das Lideranças do MDB e do Governo — se esta seria já a oportunidade para, ao invés de constituirmos uma Comissão transitória, que seria a última instância a que estaremos sujeitos para apurar e acompanhar este escândalo, estudarmos a criação de uma Comissão Técnica permanente; a fim de estar presente sempre que ocorrerem fatos desse volume e dessa natureza.

Vimos o que foi o caso da Mannesmann. Agora, estamos diante deste, inegavelmente vultoso que acarretará, na sua debacle, outras quedas uma vez que estão envolvidas outras empresas, inclusive uma empresa de investimentos tida como poderosa, subsidiária e subsidiadora, e a maior credora dessa firma *Dominium* que não aparece no rol dos seus credores na hora da concordata.

Então, verificamos que o Senado, modernizando-se para atuar melhor, talvez pudesse constituir, dentro das Comissões Permanentes e alterando seu Regimento, uma Comissão que teria logo esse trabalho pela frente, mas Comissão que estaria presente assim que surgisse uma *débâcle* financeira ou se uma firma requeresse falência ou concordata com evidente atentado à economia popular.

Deste modo, independente da ação do Executivo e posteriormente da Justiça, o Senado estaria presente diariamente, não só para atemorizar aqueles que pensam que podem ficar impunes por crimes premeditados com grande habilidade, e que mobilizam grandes inteligências e se valem de grandes influências políticas, operando mesmo na área do tráfico de influência política, como também se saberá haver independentemente dos órgãos do Executivo e do Judiciário, um órgão do Legislativo para acompanhar esses trabalhos.

De outra parte, o contribuinte que pode ser eleito tanto da Oposição como do Partido do Governo, poderia dirigir-se, diretamente, a esse órgão legislativo, sem pedir favor e sem aguardar que, de repente, pudéssemos ficar sensibilizados diante da matéria, mas, dentro de seu direito, tal como alguém que se dirige à Justiça.

Com estas palavras, hoje estou iniciando um debate no sentido de convidar os colegas, os companheiros, tanto da Oposição como da ARENA, para que, em nossa estrutura interna, imediatamente, possamos dar uma resposta à população, levando-lhe um instrumento que vai operar em fa-

vor da honestidade, das coisas lícitas, e, ao mesmo tempo, amparar as vítimas, daqueles que gostam de praticar coisas ilícitas.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — O assunto que V. Exa. traz ao conhecimento da Casa, eminente Senador Mário Martins é, a meu ver, da maior relevância. Na verdade, o que está em causa, em ocorrência dessa natureza, é, no ângulo interno, a economia popular; e no ângulo externo, a mesma coisa. V. Exa. historiou esse caso do Rio Grande do Sul, da desapropriação, a nacionalização de empresas estrangeiras, operação da qual V. Exa. mesmo se recusou a examinar os detalhes. Mas salientou que o Senado americano imediatamente tomou a atitude de defesa da economia americana, no sentido de quase coagir, através de uma lei votada em virtude do fato, Brasil a pagar o montante, ou o valor real da desapropriação. No aspecto de caráter nacional propõe-se coisa semelhante. E' que Vossa Excelência faz através das medidas que acabou de sugerir. No caso, ainda, das relações internacionais, poderemos justificar uma atitude idêntica de nossa parte pelo princípio da reciprocidade de tratamento. Se os Estados Unidos assim agiram em defesa de sua economia, em relação a casos de empresas de caráter privado, mas que afetam a economia norte-americana, é claro, é natural que adotemos medidas idênticas em relação a casos que afetem a economia brasileiro. Não só estou de acordo com a sugestão que V. Exa. faz no sentido de criarmos uma Comissão para examinar esses fatos, no setor interno, como ainda acho que ela poderia envolver, ao mesmo tempo, os de caráter interno e externo. A criação dessa Comissão que parece da maior utilidade, da maior conveniência, da maior vantagem não só no aspecto de modernizar, dinamizar a ação do Senado Federal, dando-lhe atribuições da maior relevância no meio social, político e econômico como também pelo fato de que o Senado deve, naturalmente, constituir-se nesse poder de vigilância de defesa dos interesses nacionais, acima de competições partidárias. Entendo que a sugestão de V. Exa. para criação de uma Comissão Especial Permanente, técnica nesta Casa, merece o apoio de todo o Senado e dos próprios elementos do Governo. Eu me congratulo com V. Exa. porque, na verdade, é uma sugestão do mais alto alcance em defesa da economia do nosso País.

O SR. MÁRIO MARTINS — Senhor Senador Argemiro de Figueiredo, fico altamente sensibilizado com as palavras de V. Exa. tanto pela autoridade de quem as pronunciou como ainda por V. Exa. se ter adiantado na interpretação, mostrando que, na verdade, do mesmo modo que os Estados Unidos, o Senado Norte-americano procura zelar pelos direitos e pela economia dos seus contribuintes, nós temos o dever, já não apenas o direito, de zelar pela economia dos brasileiros, sempre que ela foi golpeada por norte-americano ou qualquer estrangeiro, ou por nacionais, porque, sempre, ou quase sempre nesses casos, há nacionais se consorciando, associando-se com eles.

Eu gostaria ainda, Sr. Presidente, como jornalista, de destacar a ação que nestes dias, vem desempenhando a "Tribuna da Imprensa" sobretudo nos artigos assinados por este grande profissional que é Hélio Fernandes e que, ainda no seu artigo de fundo de ontem, na primeira página, em determinado ponto, faz uma síntese perfeita da situação, em três itens do seu longo artigo de análise. Ele diz que "a ação do governo está dirigida

em obter três objetivos fundamentais:

- a) Proteger os 45 mil investidores, acautelando seus interesses e fortalecendo ao mesmo tempo o mercado de capitais.
- b) Fortalecer um setor vital da nossa exportação.

Porque, a verdade é que temos que ver também esse aspecto. Para a exportação de um produto agrícola industrializado, no que estamos ainda em fase inicial, mas que vem sofrendo tantos combates como é o café solúvel numa competição terrível com o café solúvel africano, inclusive na própria praça dos Estados Unidos, essa medida vem trazer novas dificuldades.

- c) Saber por que uma grande empresa, prosperíssima, operando num setor altamente lucrativo como é o do café solúvel, de uma hora para outra fica tão debilitada que não tem outro caminho senão o da concordata."

Sr. Presidente, quero crer que ainda que não tenha merecido a honra de qualquer aparte da bancada da ARENA, mas compreendo que este aparte virá mais tarde, em forma de discurso autônomo, sobretudo depois de pesado e examinado o assunto com aquela prudência que caracteriza os Senadores em geral e, particularmente, os Senadores governistas. Acredito que não estamos dando tiro à água, que a ideia será fecundada devidamente e dará os seus frutos.

De qualquer maneira, lá na próxima semana daremos início a um trabalho de consultas com os demais colegas para vermos qual a fórmula mais indicada que me parece é precisamente esta que tive a oportunidade de preconizar a de instituirmos uma comissão permanente para a defesa da economia popular, em casos dessa ordem. A Comissão terá como trabalho inicial, como primeiro passo o exame dessa concordata da empresa *Dominium*.

Ai estaremos, Sr. Presidente, pelo menos atualizando o aparelho do Senado, modernizando a finalidade do Senado, o seu campo de operações e levando aos contribuintes, lesados por aquela firma, a segurança de que não estarão abandonados, de que não ficarão sózinhos de que nos seus direitos não serão dominados, tampouco extorquindo os seus valores, sem que o Senado, além do protesto responsabilizável e, dentro das possibilidades, faça devolver intangíveis as economias que investiram nessas firmas. E se possível se for o caso, o Estado ou o Governo poderá amparar esses contribuintes para que não percam um volume de exportação de café solúvel que não é fácil de ser recuperado. Enfim, é um conjunto de medidas que deveremos tomar e acredito que a Comissão poderá dar a base, o roteiro, a decisão, acompanhando o que o Governo vier a fazer e o que vier a ocorrer no campo judiciário.

Espero, Senhor Presidente, que com esse fato, não ocorra, ao contrário do que supunham os seus autores, o mesmo que com outros escândalos anteriores os quais embora com grande repercussão na ocasião, acabaram sendo sufocados e praticamente detidos sem maiores resultados de apuração, de julgamento e de condenação. Se constituirmos a comissão técnica que preconizo, apresentaremos ao País um instrumento através do qual o Senado se afirma mais uma vez e com autoridade, no sentido de zelar pelo nome do Brasil, pelo patrimônio nacional, pelo direito dos contribuintes e, finalmente pela economia daqueles que investem julgando estarem preparando uma melhor garantia para seu futuro, como também cooperando para o desenvolvimento do nosso País. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Com a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Senador Alvaro Maia. (Pausa).

Com a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho. (Pausa).

S. Exa. desiste do uso da palavra.

S. Exa. não deseja fazer uso da palavra.

Com a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio. (Pausa).

S. Exa. também desiste da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Com a palavra o Sr. Senador Rui Palmeira.

O SR. RUI PALMEIRA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, acabo de receber, de meu Estado, o telegrama que passo a ler:

"Comunicamos a V. Exa. que acabamos de dirigir ao Sr. Governador Lamenha Filho, o seguinte telegrama:

"Com surpresa vimos publicada a notícia de que o Sr. Deputado Djalma Falcão afirmara na Câmara Federal que se tramava o assassinato do Deputado Estadual Alcides Falcão, visando favorecer o primeiro suplente que assumiria a cadeira na Assembleia. Pien-de-se com essa leviana afirmação conturbar o clima de segurança, paz e desenvolvimento que atravessa Alagoas, sob o governo de V. Exa. Não há lugar mas em nossa terra para essas mesquinhas manobras que refutam. Ao mesmo tempo, fazemos um apelo para que todos ajudem o desenvolvimento implantado em Alagoas pela grandeza da região. Saudações. Nogueira Barbosa, Presidente da Federação das Indústrias em Alagoas; Benedito Bentes, Presidente da Federação do Comércio em Alagoas e Carlos Ireda, Presidente da Associação Comercial de Maceió."

Sr. Presidente, a leitura desse telegrama mostra que se levantou, em relação ao Governo de Alagoas, uma acusação que é absolutamente infundada.

Quero crer que aqueles que se valeram da tribuna na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal, foram vítimas de uma má informação, de uma maliciosa afirmativa, quando veicularam a notícia de que se tramava contra a vida de um Deputado Estadual no meu Estado, com o pretexto de abrir uma vaga na Assembleia Legislativa.

Felizmente, o atual Governador de Alagoas, o Sr. Lamenha Filho está gerindo os negócios do Estado com a mais absoluta isenção, com o maior equilíbrio e com a preocupação exclusiva de tirar de Alagoas aquela carga que representava uma verdadeira deformação da imagem de nossa gente, e de nossa terra.

A obstinação daquele que atualmente governa o meu Estado é o trabalho pelo desenvolvimento econômico, para que, através dele, se valorize o homem alagoano, objetivo a que procura chegar com os benefícios de uma boa obra administrativa.

Faço, constrangido, essas declarações porque nunca procuro ocupar a tribuna do Senado com assuntos de tão pequena monta. No entanto para que não se tenha uma ideia diferente da situação reinante em Alagoas aqui estou para dizer ao Senado que ninguém se deve preocupar em relação à normalidade da situação política de Alagoas porque os homens que o dirigem são sensatos, patriotas e preocupados em dar um exemplo de trabalho, de dedicação ao povo, a todas as regiões do Brasil. (Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Edmundo Levi
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Petrônio Portela
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
Pereira Diniz
José Leite
Josephat Marinho
Nogueira da Gama
Pereira Pedro
Dezerra Neto
Milton Menezes

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se à
ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 414, de 1968), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1964 (número 2.496-C-57, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados e dá outras providências.

Em discussão a Redação Final. (Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-la declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, sem emenda, nem requerimento para que a mesma seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação.

A matéria volta à Câmara dos Deputados. Para acompanhar, naquela Casa do Congresso, as emendas do Senado, designo o Sr. Senador Antônio Carlos, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER RNº 414, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 130, de 1964 (nº 2.496-C, de 1967, na Casa de origem).

Relator: Sr. Alvaro Maia.
A Comissão apresenta a redação final do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1964 (nº 2.496-C, de 1967, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias remuneradas dos advogados, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente. — Alvaro Maia, Relator. — Manoel Villaga.

ANEXO AO PARECER Nº 414-68

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1964 (nº 2.496-C, de 1967, na Casa de origem).

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1, de Plenário, com a Subemenda nº 1 — 2ª)

Art. 1º

Dá-se ao art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º A remuneração dos advogados que, em virtude de relação de emprego, trabalham em serviços jurídicos de natureza particular, não será inferior a duas vezes o salário-mínimo local, nas entidades particulares de patrimônio ou capital de valor de NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), nem a três vezes esse salário-mínimo, nas de patrimônio ou capital superior àquela quantia.

Parágrafo único. Osalário profissional estabelecido neste artigo não exclui o direito do advogado à percepção de aumentos ou vantagens que forem atribuídos pela entidade empregadora aos seus assalariados ou em consequência de quaisquer acordos ou decisões.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Subemenda nº 2 — CCJ à Emenda nº 1, de Plenário)

Aos arts. 5º e 7º

Onde se lê

“empresa” e empresa industrial”;

leia-se:

“entidade empregadora particular.”

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 4, de Plenário)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. — São nulos os contratos de trabalho que contrariem a presente Lei, respeitadas os direitos adquiridos pelo advogado, na entidade empregadora.”

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 2.

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 415, de 1968), do Projeto de Resolução nº 33 de 1968, que suspende, em parte, a execução do art. 48 do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.
Não tendo havido emendas, nem requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do Art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 415, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 1968.

Relator: Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 1968, que suspende, em parte, a execução do art. 48 do Decreto-lei número 314, de 13 de março de 1967.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente. — Alvaro Maia, Relator. — Manoel Villaga.

ANEXO AO PARECER Nº 415-68

Redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 1968.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, número IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1968

Suspende, em parte, a execução do artigo 48 do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, de 21 de fevereiro de 1968, proferida nos autos da petição de Habeas Corpus nº 45.232, do Estado da Guanabara, a execução do art. 48 e seus parágrafos do Decreto-lei número 314, de 13 de março de 1967, no que se refere a profissões liberais e a empregos em atividade privadas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Esgotada a Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima segunda-feira, às 14,30, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 20 de maio de 1968

(Segunda-feira)

1**REDAÇÃO FINAL**

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 416, de 1968) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1968 (nº 3.380-B de 1965, na Casa de origem), que institui o “Dia da Cultura e da Ciência” e dá outras providências.

2

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 513, de 1968, que solicita transcrição nos Anais do Senado, do teorário e conclusões da “Mesa redonda sobre Política Rodoviária e Recursos Financeiros”, realizada durante a semana comemorativa do cinquentenário do 1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos.

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL**1**

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 13, DE 1968 (CN), QUE “DECLARA DE INTERESSE DA SEGURANÇA NACIONAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 16, § 1º ALÍNEA “B”, DA CONSTITUIÇÃO OS MUNICÍPIOS QUE ESPECIFICAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Presidente: Senador José Leite.

Relator: Deputado João Roma.

Dia 21-5-68 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 9,00 horas.
Prazo: Início: 17-4-68 — Término: 27-5-68.

2

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 14, DE 1968 (CN), QUE “DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO E ISENÇÃO DE IMPOSTOS NA EXPORTAÇÃO E NA IMPORTAÇÃO.”

Presidente: Senador Wilson Gonçalves.

Relator: Deputado Doin Vieira.

Dia 18-5 — Publicação do parecer; e

Dia 22-5 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta às 9,00 horas.

Prazo: Início: 23-4-68 — Término: 2-6-68.

3

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 15, DE 1968 (CN), QUE “INSTITUI O SISTEMA DE SUBLEGENDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Presidente: Senador Manoel Villaga.

Relator: Deputado Raymundo Brito.

Dia 21-5 — Apresentação do parecer; e

Dia 22-5 — Publicação do parecer; e

Dia 28-5 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,00 horas.

Prazo: Início: 25-4-68 — Término: 4-6-68.

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 16, DE 1968 (CN), QUE “PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI Nº 332, DE 12 DE OUTUBRO DE 1967.”

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo.

Relator: Senador Achyless Cruz.

Dias 15, 16, 17, 20 e 21 de maio de 1968 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 29-5-68 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 4-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 5-6 — Publicação do parecer; e

Dia 11-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas.

Prazo — Início: 9-5-68; e, término: 18-6-68.

5

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1968 (CN), QUE “SUPRIME O INCISO I DO ARTIGO 63 DA CONSTITUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Presidente: Senador Nogueira da Gama.

Relator: Senador Antônio Carlos.

Dia 21-5-68 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,00 horas (primeira discussão).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA, INCUMBIDA DE VERIFICAR AS REPERCUSSÕES SOBRE A SAÚDE, DO USO INDISCRIMINADO DE ADOÇANTES ARTIFICIAIS NA ALIMENTAÇÃO POPULAR, BEM ASSIM AS CONSEQUÊNCIAS QUE DESSE USO DECORREM PARA A ECONOMIA NACIONAL NO SETOR DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA.

Presidente: Senador Milton Campos.

Relator: Deputado Pedrosa Horta.

Relator Substituto: Deputado Brito Velho.

Dia 28-5-68 — Reuniões da Comissão.

Local: Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Hora: 16,00 e 21,00 horas.

Assunto: Depoimentos: 16,00 horas: Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21,00 horas: Dr. Lúcio Vasconcellos Costa, Chefe de Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde.

COMISSÃO MISTA NA FORMA DO ARTIGO 29, LETRA B, DO REGIMENTO COMUM

Comissão Mista para estudo dos Problemas Agropecuários e seus reflexos na Economia Nacional. Presidente: Senador Fernando Corrêa; e, Relator: Deputado Breno da Silveira.

Dia 21-5-68 — Reunião da Comissão.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Hora: 21,00 horas; e

Assunto: Depoimento do Dr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia — Presidente do INDA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE SE ENCONTRA SOBRE A MESA A FIM DE RECEBER EMENDAS

(2º dia)

PR 2-68 — Modifica o artigo 48 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos.)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 58, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, letra "J", nº 2, do Regimento Interno

e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve destinar, a pedido do Gabinete do Vice-Líder da ARENA, a Oficial Legislativo, PL-6, Yara Silva de Medeiros.

Senado Federal, em 13 de maio de 1968. — *Dirante Mariz*, 1º Secretário.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista para exame do Projeto de Lei nº 14, de 1968 (C.N.), que "Dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação."

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1968

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Wilson Gonçalves, Presidente — Luiz de Barros (em substituição ao Sr. Senador João Cleofas), Antônio Carlos, Dylton Costa (em substituição ao Sr. Senador Mem de Sá), Paulo Tórres (em substituição ao Sr. Senador Victorino Freire), Pedro Carneiro (em substituição ao Sr. Senador Cattete Pinheiro), Argemiro Figueiredo, Edmundo Levi, Adalberto Senna (em substituição ao Sr. Senador José Ernirio) e Bezerra Neto, e os Senhores Deputados Paulo Ferraz, Zacarias Selem, Paulo Abreu, Doin Vieira e Roberto Saturnino, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer ao Projeto de Lei nº 14 de 1968, que "dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e importação".

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senador Eurico Rezende e Deputados Martins Jr., Zetista Miranda, Moscov Silvestre, Plínio Lemos, Paulo Macarini e Jairo Brum.

Em seguida, o Sr. Relator Deputado Doin Vieira apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 14, de 1968 (C.N.), concluindo pela sua aprovação nos termos do Substitutivo que oferece. O referido parecer é submetido à discussão, fazendo uso da palavra nessa oportunidade os Srs. Senadores Argemiro de Figueiredo, Edmundo Levi, Bezerra Neto e Antônio Carlos.

Encerrada a discussão, o parecer é posto em votação e aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, *Marcus Vinicius Goulart Gonzaga*, Secretário, lavrei a presente Ata, que, aprovada, é assinada pelo Presidente e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1968 (C.N.).

1ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1968

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Pedro Carneiro, Achilles Cruz, Petronio Portela, Paulo Tórres, Guido Mondin, Argemiro de Figueiredo, Oscar Passos, Péricles Pedro e os Senhores Deputados Aécio Cunha, Milton Brandão e Lurtz Sabiá, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1968 (C.N.), que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Bezerra Neto e Milton Menezes e os Senhores Deputados Manoel Rodrigues, José Penedo, Lauro Leitão, Minoru Miyamoto, Ezequias Costa, Afonso Celso, Joel Ferreira e Leo Neves.

De acordo com o que preceitua o artigo 32 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Pedro Carneiro que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Pedro Carneiro convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Lurtz Sabiá.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Argemiro de Figueiredo	11
Senador Bezerra Neto	1

Para Vice-Presidente:

Deputado Afonso Celso	12
-----------------------	----

São declarados eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senhor Senador Argemiro de Figueiredo e o Senhor Deputado Afonso Celso.

Assumindo a presidência o Senhor Senador Argemiro de Figueiredo agradece a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Senador Achilles Cruz.

Em seguida, comunica que a Comissão receberá emendas nos dias 15, 16, 17, 20 e 21 do corrente mês e ano e sugere a adotar como normas disciplinadoras de seu trabalho, o padrão que tem sido aceito nas outras Comissões Mistas.

Submetida à discussão e votação, é a proposta do Senhor Presidente aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *Hugo Rodrigues Figueiredo*, Oficial Legislativo PL-6, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros da Comissão. — *Argemiro de Figueiredo*. — *Pedro Carneiro*. — *Achilles Cruz*. — *Petronio Portela*. — *Paulo Tórres*. — *Guido Mondin*. — *Oscar Passos*. — *Péricles Pedro*. — *Aécio Cunha*. — *Milton Brandão*. — *Lurtz Sabiá*.

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 15 (quinze), 16 (dezessete), 17 (dezoito), 20 (vinte) e 21 (vinte e um) do corrente mês;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 1º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: Dia 21, às 19:00 horas;

4 — As emendas só terão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constantes do parágrafo único do artigo 3.º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebimento;

7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 29 (vinte e nove) do corrente mês e ano, 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 14 de maio de 1968. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo.

Vice-Presidente: Deputado Afonso Celso. — Relator: Senador Achilles Cruz.

ARENA

Senadores:

1. Pedro Carneiro
2. Dylton Costa
3. Achilles Cruz
4. Petronio Portela
5. Paulo Tórres
6. Milton Menezes
7. Guido Mondin

Deputados:

1. Manoel Rodrigues
2. José Penedo
3. Lauro Leitão
4. Aécio Cunha
5. Milton Brandão
6. Minoru Miyamoto
7. Ezequias Costa

MDB

Senadores:

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Oscar Passos
4. Péricles Pedro

Deputados:

1. Afonso Celso
2. Joel Ferreira
3. Lurtz Sabiá
4. Leo Neves

CALENDÁRIO

Dia 9.5. — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 14-5 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 15, 16, 17, 20 e 21.5.68 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 29.5.68 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 4-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 5-6 — Publicação do parecer; e Dia 11-6 — Discussão do projeto, ras.

Prazo — Início: 9.5.68; e, término: 18.6.68.

Secretário, *Hugo Rodrigues Figueiredo*.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1968

As nove horas, do dia quatorze de maio de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Srs. Senadores Sebastião Archer, Manoel Villaga, Fernando Corrêa, e Nogueira da Gama, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Srs. Senadores Sigefredo Pacheco — Presidente, Duarte Filho, Clodomir Millet e Adalberto Senna.

De acordo com o que preceitua o parágrafo 3º do Art. 81 do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Sebastião Archer, que declara iniciados os trabalhos da Comissão, ao constatar a existência de número regimental.

Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1968, que aprova as emen-

das aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas a 23 de maio de 1967, na XX Assembleia Mundial de Saúde, o Sr. Relator, Senador Manoel Villaga oferece parecer pela aprovação. O referido parecer é submetido à discussão, votação, e aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, *Marcus Vinicius Goulart Gonzaga*, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 1968

As nove horas do dia quinze de maio de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Leite, presidente, presentes os Senhores Senadores Paulo Tórres, Mário Martins e Pesca de Queiroz, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Arnão de Melo, Domício Gondim, João Cleofas e Sebastião Archer. E dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente comunica à Comissão que o item da pauta dos trabalhos é a discussão e votação do Parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1968 (nº 43, de 1967, na Câmara dos Deputados), que aprova o Acordo Sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e o México a 17 de outubro de 1966.

Após anunciar que, em virtude da ausência do Sr. Relator designado inicialmente, Senador José Guionard, foi o Projeto redistribuído ao Senhor Senador Paulo Tórres, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Relator.

Após pequena introdução, o Senhor Senador Paulo Tórres passa a Relator a matéria, à qual conclui oferecendo parecer favorável.

Em discussão, usa da palavra o Senhor Senador Mário Martins, ressaltando a oportunidade do acordo, cuja importância avulta mais ainda se considerar-se que o México é passagim provisório para as linhas aéreas com o Japão.

Enfatiza ainda o Sr. Orador o trabalho do Itamaraty que, após longo e exaustivo período de gestões, logrou os termos, plenamente satisfatórios do acordo em tela.

Em votação, e o Parecer aprovado e assinado pelos Presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mário Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — *José Leite*.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1968

As quinze horas e trinta minutos do dia quinze de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Presidente Paulo Tórres, Mário Martins, José Leite, Antônio Carlos, Edmundo Levi, Ney Braga e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo do Senado Federal.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Paulo Sarasate, Aurélio Vianna e José Ernirio.

parece mais o Senhor Senador
Pinto.
sem debates aprovada a
reunião anterior.
projetos constantes da pauta
são os seguintes:

do Senhor Senador Paulo Tór-
res

ser favorável ao Projeto de Lei
Câmara nº 54, de 1968, que con-
sistência dos impostos sobre pro-
dutos industrializados e importação
de helicópteros e três aviões.
equipamentos adicionais e com-
pontos, destinados a empresas que
prestam serviços aerofotogramétri-

ser favorável ao Projeto de Lei
Câmara nº 58, de 1968, que rea-
ção vencimentos dos servidores
Secretaria e dos Serviços Auxilia-
Tribunal de Justiça do Distri-
do e das outras providências.
discussão e votação são os pa-
res aprovados.

do Senhor Senador Carvalho
Pinto:

ser favorável ao Projeto de Lei
Câmara nº 47, de 1968, que mo-
dispositivos da Lei nº 227, de
Janeiro de 1967, que dispõe so-
tática econômica da borracha, re-
sua execução e das outras provi-
das.

discussão e votação, é o pa-
aprovado pela Comissão.

seguinte, o Senhor Senador Car-
Pinto relata, favoravelmente o
substituto do Senador Antônio Car-
do Projeto de Lei da Câmara nú-
55, de 1968, que dispõe sobre
justamento salarial previsto nos
artigos 15, de 29 de julho de
e 17, de 22 de agosto de 1966.

discussão o Senhor Senador An-
Carlos justifica a apresentação
da substitutiva na qualidade
de Líder do Governo e membro
da Comissão.

Senhor Senador Mário Martins
apresenta uma emenda supressiva dos
artigos 2º, 7º e 10 do Decreto-lei nú-
15, de 20 de julho de 1966 ten-
do o Senhor Senador Carvalho Pinto, Relator,
então em sentido contrário
à emenda, revisão de
da política salarial e
que o Senhor Ministro do

Trabalho já anunciou, para breve, re-
forma completa e sistemática da le-
gislação salarial. Assim sendo, uma
revisão antecipada desse ponto ape-
nas, poderia prejudicar um trabalho
mais amplo, perturbar a política eco-
nômica em curso, em prejuízo dos
próprios assalariados, e não se ajus-
taria à concessão meramente de
emergência, objeto desse projeto.

Em votação é o parecer aprovado
nos termos da emenda substitutiva do
Senador Antônio Carlos e rejeitada
a emenda Mário Martins.

Pelo Senador Antônio Carlos:

Parecer favorável ao Projeto de Lei
da Câmara nº 54, de 1968, que altera
dispositivos da Lei nº 4.380, de 21 de
agosto de 1964, que institui a corre-
ção monetária nos contratos imobili-
liários de interesse social, o sistema
financeiro para aquisição de casa
própria cria o Banco Nacional de Ha-
bitação, a Sociedade de Crédito Imo-
biliário, as Letras Imobiliárias, o Ser-
viço Federal de Habitação e Urbanis-
mo e das outras providências, com
uma emenda nº 1-CPE, de autoria do
Senador Mário Martins.

Em discussão e votação é o parecer
aprovado pela Comissão, tendo o Se-
nhor Senador Mário Martins votado
a favor do Projeto e contra a insti-
tuição da correção monetária nos re-
ajustamentos de aluguel.

Nada mais havendo a tratar encer-
ra-se a reunião às dezessete horas e
trinta minutos, lavrando eu, Afrânio
Cavalcanti Melo Junior, Secretário
da Comissão, a presente ata que uma
vez aprovada, será assinada pelo Se-
nhor Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

5ª REUNIÃO, REALIZADA EM
16 DE MAIO DE 1968

As quinze horas do dia dezesseis de
maio de mil novecentos e sessenta e oito,
na Sala das Comissões, sob a presiden-
cia do Sr. Senador Menezes Pimentel,
Presidente, presentes os Srs. Senadores
Aloysio de Carvalho, Edmundo Levi,
Adalberto Sena e Alvaro Maia, reúne-se
a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo
justificado, os Srs. Senadores Mem de
Sá, Duarte Filho e Antônio Balbino.

E' dispensada a leitura da ata da reu-
nião anterior, que, em seguida, é apro-
vada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente
concede a palavra ao Senhor Senador
Aloysio de Carvalho a fim de emitir pa-
recer sobre a única matéria constante da
pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador
Aloysio de Carvalho lê parecer por di-
ligência a Diretoria de Ensino Secun-
dário e a Comissão do Livro Técnico e
Didático, do Ministério da Educação, ao
Projeto de Lei da Câmara nº 61, de
1968, que «fixa período para substituição
dos livros didáticos nas escolas de grau
médio».

Em discussão e votação é o parecer
aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-
se a reunião, lavrando eu, Cláudio Car-
los Rodrigues Costa, Secretário da Co-
missão, a presente ata que, uma vez
aprovada será assinada pelo Senhor Pre-
sidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA NO DIA 16 DE
MAIO DE 1968.

As 19 horas do dia 16 de maio de
1968, na Sala das Comissões, sob a pre-
sidência do Sr. Senador Milton Cam-
pos, presentes os Srs. Senadores Be-
zerra Neto, Aloysio de Carvalho, Men-
ezes Pimentel, Benedito Valladares, Wil-
son Gonçalves e Edmundo Levi, reúne-
se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Srs. Sena-
dores Antônio Carlos, Petrônio Portela,
Eurico Rezende, Alvaro Maia e Josa-
phat Marinho.

E' dispensada a leitura da ata da reu-
nião anterior e, em seguida, aprovada.

O Sr. Presidente comunica que con-
vocara a Comissão para apreciar o pa-
recer do Sr. Senador Bezerra Neto, Re-

lator da Mensagem nº 176, de 1968,
Submetido à consideração do Senado
Federal o nome do Bacharel Arakem
Mariz de Faria para exercer o cargo de
Juiz Federal-Substituto no Rio Grande
do Norte.

De acordo com o Regimento a sessão
transforma-se em secreta.

Reaberta a reunião e nada mais havendo
a tratar, o Sr. Presidente declara en-
cerrados os trabalhos, lavrando eu, Ma-
ria Helena Bueno Brandão, Secretária,
a presente ata que depois de lida e apro-
vada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

ATA DA REUNIÃO REALIZADA
NO DIA 18 DE MAIO DE 1968

Sob a Presidência do Senhor Sena-
dor Benedito Valladares, presentes os
Senhores Senadores Aloysio de Carva-
lho, Fernando Corrêa da Costa, Má-
o Martins, Menezes Pimentel, Wilson Gon-
çalves, Ney Braga, Milton Campos e
Oscar Passos, ausentes com causa jus-
tificada os Senhores Senadores Filinto
Müller, Antônio Carlos, Pessoa de Quei-
roz, reúne-se a Comissão de Relações
Exteriores do Senado.

O Senhor Senador Fernando Corrêa
da Costa relata, favoravelmente, os se-
guintes Projetos de Decreto Legislativo
nº 25-68, que aprova o Protocolo, as-
sinado em Montevideu, a 12 de dezem-
bro de 1966, pelo qual se institucionaliza
o Conselho de Ministros das Relações
Exteriores das Partes Contratantes do
Tratado de Montevideu, nº 24-68 que
aprova o Acordo sobre Transportes
Aéreos, assinado entre a República Fe-
derativa do Brasil e o México, a 17 de
outubro de 1966.

Nada mais havendo a tratar, encerra-
se a reunião lavrando eu, João Batista
Castejon Branco, Secretário, a presente
Ata que uma vez aprovada será assinada
pelo Senhor Presidente. — Senador Be-
nedito Valladares, Presidente da Co-
missão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho**ARENA****TITULARES**Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Paulo Sarasate
Clodomir Millet**SUPLENTE**Alvaro Maia
Lobão da Silveira
Benedicto Valladares
Arnon de Mello
Júlio Leite
Menezes Pimentel
Adolfo Franco
Filinto Müller
Daniel Krieger**MDB**Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho
Edmundo LeviArthur Virgílio
Argemiro de Figueiredo
Nogueira da Gama
Aurélio ViannaSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: João Abrahão
Vice-Presidente: Júlio Leite**ARENA****TITULARES**José Feliciano
Eurico Rezende
Petrônio Portela
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Manoel Vilça
Wilson Gonçalves**SUPLENTE**Benedicto Valladares
Melo Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Adolfo Franco**MDB**João Abrahão
Aurélio Vianna
Adalberto SennaBezerra Neto
Oscar Passos
Sebastião ArcherSecretário: Afrânio Cavalcant Melo Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE ECONOMIA**

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Edmundo Levi**ARENA****TITULARES**Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Atílio Fontana
Ney Braga**SUPLENTE**José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Siegfredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres
Adolpho Franco
Antônio Carlos**MDB**Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião ArcherJosé Ermirio
Josaphat Marinho
Pessoa de QueirósSecretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Mem de Sá**ARENA****TITULARES**Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho**SUPLENTE**Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Siegfredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela**MDB**Adalberto Senna
Antônio BalbinoRuy Carneiro
Edmundo LeviSecretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**M E S A**

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)

1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)

2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)

1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)

2º Secretário — Victroino Freire (ARENA — MA)

3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)

4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)

1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)

2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)

3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)

4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Lider — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Lider — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Vilça (RN)

Antônio Carlos (SC)

DO MDB

Lider — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Senna (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA**TITULARES**Arnon de Mello
Domicio Gondim
Paulo Torres
João Cleofas
Teotônio Vilela**SUPLENTE**José Leite
José Guimard
Adolpho Franco
Leandro Maciel
Aloysio de Carvalho**MDB**Nogueira da Gama
Josaphat MarinhoJosé Ermirio
Mário MartinsSecretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Ermirio
Vice-Presidente: João Cleofas**ARENA****TITULARES**José Feliciano
Ney Braga
João Cleofas
Teotônio Vilela
Milton Trindade**SUPLENTE**Atílio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Siegfredo Pacheco**MDB**José Ermirio
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Mário MartinsSecretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Ney Braga
Vice-Presidente: Aurélio Vianna**ARENA****TITULARES**Ney Braga
Antônio Carlos
Melo Braga
Arnon de Mello
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Leite
Eurico Rezende
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Filinto Müller**MDB**Aurélio Vianna
Mário MartinsPessoa de Queiroz
Edmundo LeviSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Antônio Carlos	José Guimard
Alvaro Maia	Eurico Rezende
Sarasate	Filinto Müller
Trindade	Fernando Corrêa
Maia	Lobão da Silveira
Feliciano	Menezes Pimentel
Cleofas	Petrônio Portela
Tôrres	Manoel Villaga

MDB

Rui Virgílio	Adalberto Senna
Carneiro	Antônio Balbino
Abrahão	José Ermirio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Sarasate	Lobão da Silveira
Cleofas	José Guimard
de Sá	Teotônio Villela
Leite	Carlos Lindenberg
Maciel	Daniel Krieger
Villaga	Filinto Müller
Millet	Celso Ramos
Franco	Milton Trindade
Pacheco	Antônio Carlos
Pinto	Benedicto Valladares
Corrêa	Mello Braga
Leite	Paulo Tôrres

MDB

Argemiro de Figueiredo	Oscar Passos
Leal Neto	Josaphat Marinho
de Queiroz	João Abrahão
Virgílio	Aurélio Vianna
Ermirio	Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Fontana	Julio Leite
Franco	José Cândido
Gondim	Arnon de Melo
Cleofas	Leandro Maciel
Vilela	Melo Braga

MDB

Antônio Balbino	Ruy Carneiro
Nogueira da Gama	Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Portela	Celso Ramos
Gondim	Milton Trindade
Fontana	José Leite
Braga	Adolpho Franco
Leite	Duarte Filho

MDB

Virgílio	João Abrahão
Marinho	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Domicio Gondim	José Feliciano
José Leite	Mello Braga
Celso Ramos	José Guimard
Paulo Torres	Benedicto Valladares
Carlos Lindenberg	Teotônio Villela

MDB

Josaphat Marinho	Sebastião Archer
José Ermirio	Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Clodomir Millet	Teotônio Villela
Manoel Villaga	José Leite
Arnon de Mello	Domicio Gondim
Duarte Filho	Paulo Sarasate
Menezes Pimentel	Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: [REDACTED]

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Tôrres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Mey Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermirio
Aurélio Vianna
Marcel Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levy

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
José Feliciano	Filinto Müller
Leandro Maciel	Mem de Sá
Antônio Carlos	Duarte Filho
Lobão da Silveira	Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama	Edmundo Levy
------------------	--------------

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valagunes
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Benedito Valagunes
Pessoa de Queiroz
Aloysio de Carvalho
Arnaldo de Mello
Mário Martins
Ney Braga
Milton Campos
Mário de Andrade
Fernando Corrêa
Arnaldo de Mello
José Cândido

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petronio Portela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antonio Baibino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaca

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Dante Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaca
Clodomir Millet

Júlio Leite
Milton Prindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nequeira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Paulo Torres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

Filinto Müller
Aldo Fontana
Domicio Gondim
Manoel Villaca
Ney Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eunice Rezende
Vice-Presidente: Arnão de Mello

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Eunice Rezende
Carlos Lindenberg
Arnão de Mello
Paulo Torres
José Guimard

José Feliciano
Menezes Pimentel
Carmo Ramos
Petronio Portela
Manoel Villaca

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnão de Mello
Domicio Gondim
João Cleofas

Paulo Torres
Atílio Fontana
Eunice Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Lima
Milton Trindade

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaca

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.